

As Ocupações Pós-Governativas dos Ministros e Secretários de Estado em Portugal

Diogo Pessoa Freire

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Ciência Política
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Pedro Miguel Alegria Silveira

janeiro de 2025

Folha em branco

Declaração de Integridade

Eu, Diogo Pessoa Freire, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição m8762 do Mestrado de Ciência Política da Faculdade de Artes e Letras, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã ____ / ____ / ____

Folha em branco

Dedicatória

Aos meus pais, Teresa e Paulo, aos meus irmãos, Mariana e Mateus, e
à minha namorada, Lara, por todo o apoio que me deram.

Folha em branco

Resumo

Há a percepção de que os ex-governantes saem do governo para carreiras altamente lucrativas no setor privado. Mas será que é uma percepção correta? Será que as ocupações pós-governamentais dos ex-governantes passam por uma carreira no setor privado, com cargos de alta senioridade e que a pasta que detêm no governo influencia futuras ocupações dos mesmos? Esta dissertação pretende responder a estas perguntas, com especial foco nos Governos XIX e XXI Constitucionais Portugueses.

Para esta dissertação propomo-nos a mapear as ocupações pós-governamentais dos ex-ministros e secretários de estado desde o primeiro ano após o término do cargo e após três anos, de forma a perceber potenciais padrões. As conclusões demonstram que as ocupações pós-governamentais dos ex-governantes são sobretudo no setor público, geralmente em cargos de média senioridade, e não demonstram uma ligação com as áreas de responsabilidade ministerial previamente exercidas, tornando o caso português, um caso particular, em relação à literatura.

Palavras-chave

Ocupações Pós-Governamentais; Público; Privado; Género; Pastas Ministeriais; Portugal

Folha em branco

Abstract

There is a perception that ex-politicians leave office for highly lucrative careers in the private sector. But is this a correct perception? Do ex-politicians' post-government occupations include a career in the private sector, with highly senior positions, and does the portfolio they hold in government influence their future occupations? This dissertation aims to answer these questions, with a special focus on the 19th and 21st Portuguese Constitutional Governments.

For this dissertation we set out to map the post-government occupations of former ministers and secretaries of state from the first year after leaving office and after three years, in order to understand potential patterns. The conclusions show that the post-government occupations of ex-politicians are mainly in the public sector, generally in medium-seniority positions, and do not demonstrate a link with the areas of ministerial responsibility previously exercised, making the Portuguese case a particular one.

Keywords

Post-Governmental Occupations; Public; Private; Gender; Ministerial Portfolio; Portugal

Folha em branco

Índice

Dedicatória	v
Resumo	vii
<i>Abstract</i>	ix
Lista de Tabelas	xiv
Introdução	1
Capítulo 1 – Revisão de Literatura	4
1.1. Elites Políticas	4
1.2. Ocupações Pós-Governamentais	8
Capítulo 2 – Enquadramento Metodológico	14
2.1. Pergunta de Investigação e Expectativas	14
2.2. Metodologia	15
2.3. Unidades de Observação e Variáveis	15
2.4. Fontes	19
Capítulo 3	21
3.1. Perfil Sociodemográfico	21
3.2. Ocupações Profissionais Pós-Governamentais	25
3.2.1. Ocupações Profissionais Pós-Governamentais na Categoria Público	27
3.2.2. Ocupações Profissionais Pós-Governamentais na Categoria Privado	29
3.2.3. Ocupações Profissionais Pós-Governamentais na Categoria Internacional	31
3.2.4. Senioridade das Ocupações Profissionais Pós-Governamentais	31
Capítulo 4	34
4.1. Género	34
4.2. Grupo Etário	38
4.3. Pastas Ministeriais	41
4.4. Cargo no Governo	45
4.5. Duração do Mandato	47
Conclusão	50
Bibliografia	54
Anexos	62
Secção 1- Tabelas em Anexo	62
Secção 2 - Listas	66

Folha em branco

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Grupo etário	22
Tabela 2 – Género	23
Tabela 3 – Duração do Mandato	24
Tabela 4 – Ocupações Profissionais Pós-governamentais (XIX e XXI)	25
Tabela 5 – Ocupações Profissionais Pós-governamentais na Categoria Público	28
Tabela 6 – Ocupações Profissionais Pós-governamentais na Categoria Privado	30
Tabela 7 – Senioridade das Ocupações Profissionais Pós-Governamentais	32
Tabela 8 – Género e as Ocupações Profissionais Pós-governamentais	34
Tabela 9 – Género e as Ocupações Profissionais Pós-Governamentais na Categoria Público	35
Tabela 10 – Género e as Ocupações Profissionais Pós-Governamentais na Categoria Privado	36
Tabela 11 – Género e a Senioridade das Ocupações Profissionais Pós-governamentais	37
Tabela 12 – Grupo Etário e as Ocupações Profissionais Pós-Governamentais	40
Tabela 13 – Pastas Ministeriais e as Ocupações Profissionais Pós-governamentais (Ano 1)	43
Tabela 14 – Pastas Ministeriais e as Ocupações Profissionais Pós-governamentais (Ano 3)	44
Tabela 15 – Cargo no Governo e as Ocupações Profissionais Pós-governamentais	46
Tabela 16 – Cargo no Governo e a Senioridade das Ocupações Profissionais Pós-governamentais	47
Tabela 17 – Duração do Mandato e as Ocupações Profissionais Pós-Governamentais	48
Tabela 18 – Duração do Mandato e a Senioridade das Ocupações Profissionais Pós-Governamentais	49
Tabela 19 – Ocupações Profissionais Pós-governamentais na Categoria Internacional	62
Tabela 20 – Género e as Ocupações Profissionais Pós-Governamentais na Categoria Internacional	62
Tabela 21 – Grupo Etário e a Senioridade das Ocupações Profissionais Pós-Governamentais	63
Tabela 22 – Pastas Ministeriais e a senioridade das Ocupações Profissionais Pós-governamentais (Ano 1)	63

As Ocupações Pós-Governativas dos Ministros e Secretários de Estado em Portugal

Tabela 23 – Pastas Ministeriais e a senioridade das Ocupações Profissionais Pós-governamentais (Ano 3)	64
Tabela 24 – Cargo no governo e as Ocupações Profissionais Pós-Governamentais na categoria Público	64
Tabela 25 – Cargo no governo e as Ocupações Profissionais Pós-Governamentais na categoria Privado	65
Tabela 26 – Cargo no governo e as Ocupações Profissionais Pós-Governamentais na categoria Internacional	65

Folha em branco

Introdução

A perceção que os governantes transitam para o setor privado com o objetivo de assumir funções financeiramente mais lucrativas, é amplamente disseminada na opinião pública e na comunicação social, refletindo um sentimento de desconfiança em relação às elites políticas (e.g. "[Portas giratórias](#)". [Um em cada quatro governantes portugueses saiu da política para grandes empresas](#) e [As descaradas portas giratórias na política portuguesa](#)). O conceito de "portas giratórias" refere-se a indivíduos que alternam entre cargos no setor público, como políticos ou reguladores, e posições no setor privado, frequentemente em áreas que supervisionavam ou regulavam anteriormente, dinâmica essa que pode gerar conflitos de interesse, tendo em conta que ex-funcionários públicos podem usar informações privilegiadas ou influências alcançadas para beneficiar para proveito próprio. Tal perceção é especialmente evidente em democracias onde exista uma proximidade entre a esfera pública e privada, como Portugal, suscitando preocupações sobre possíveis conflitos de interesse e o uso de redes de influência construídas durante o exercício governativo.

Esta narrativa social é sustentada por casos amplamente divulgados de ex-governantes que assumem cargos de destaque em grandes empresas, bancos ou consultoras, levantando questões éticas e alimentando a ideia de que os cargos públicos servem, em última instância, como trampolim para carreiras mais lucrativas no setor privado. Um desses casos é o de Jorge Coelho, antigo Ministro do Equipamento Social entre 1999 e 2001, que ingressou na Mota-Engil, uma das maiores construtoras portuguesas, em 2008, assumindo posteriormente a presidência executiva da empresa. Apesar de ter respeitado o período legal de impedimento, a sua nomeação foi alvo de escrutínio público. Outro caso foi o de António Mexia que, depois de servir como Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações entre 2004 e 2005, assumiu a presidência executiva da EDP – Energias de Portugal, uma das principais empresas do setor energético nacional. Mais recentemente, casos como o de Rita Marques e Maria Luís Albuquerque levantaram também dúvidas. A primeira foi Secretária de Estado do Turismo até dezembro de 2022, sendo anunciada como futura administradora da *The Fladgate Partnership*, uma empresa do setor do turismo, um mês depois de deixar o cargo governativo. A nomeação gerou controvérsia, levando Rita Marques a renunciar ao cargo antes de assumir funções. Já a segunda, após exercer o cargo de Ministra de Estado e das Finanças entre 2013 e 2015, foi contratada como diretora não-executiva pela *Arrow Global*, uma empresa especializada na gestão de dívida. Esta transição suscitou um debate sobre a adequação das leis de incompatibilidades e impedimentos para ex-governantes.

No entanto, apesar da força desta perceção, poucas investigações se dedicaram a analisar empiricamente se esta transição para o setor privado é de facto predominante ou

se representa uma visão parcial e amplificada por casos isolados. A título de exemplo, Susana Coroado, investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, tem desenvolvido diversa literatura sobre o *lobby* em Portugal. A análise das ocupações pós-governamentais representa uma área de investigação importante para compreender as dinâmicas das elites políticas e a interseção entre a esfera pública e outros setores, como o privado ou internacional. Embora esta dissertação não se dedique à comparação entre as ocupações pré e pós-governativas, visando mapear somente as ocupações pós-governativas, corresponde a um passo na exploração deste tema de especial relevância. Com efeito, tendo em conta o papel que ministros e secretários de Estado desempenham na definição de políticas públicas e na gestão de recursos do Estado, este conhecimento é particularmente relevante.

O objetivo desta dissertação consiste em mapear as ocupações pós-governamentais dos ministros e secretários de estado dos XIX e XXI Governos Constitucionais, através de uma análise exploratória e descritiva, em que pretendemos responder à seguinte pergunta de investigação: “Como se caracterizam as ocupações pós-governamentais dos ministros e secretários de estado em Portugal?”. Procuramos perceber que setores e subsetores os ex-ministros e secretários de estado ocupam depois de exercerem o cargo executivo, discernindo se a ocupação dos ex-governantes passa por uma carreira no setor privado, com cargos de alta senioridade, e se a pasta que detêm no governo está relacionada com as suas futuras ocupações. Esta dissertação, ao investigar de forma descritiva e exploratória as ocupações pós-governamentais em Portugal, visa não apenas contribuir para a escassa literatura sobre este tema, mas também dar o mote para futuras investigações num tópico relevante para a confiança nas instituições democráticas e para a transparência da governação.

Para isso, estruturámos a dissertação em quatro capítulos. O primeiro diz respeito à revisão de literatura, em que se apresentam as principais contribuições teóricas e empíricas sobre as elites políticas e as ocupações pós-governamentais, com especial foco nesta última temática, analisando as categorizações propostas ao longo dos anos pelos “pais” da classificação pós-ministerial e casos de investigações a nível nacional e internacional.

De seguida, o segundo capítulo descreve o desenho da investigação e a abordagem utilizada para chegarmos aos nossos resultados, sendo um capítulo de especial de relevância, tendo em conta que estruturará os nossos resultados.

O terceiro capítulo inicia a apresentação dos resultados com uma análise sociodemográfica dos ex-governantes. A idade, o género e a duração dos mandatos são examinados para identificar possíveis tendências na composição das elites políticas, mas também para revelar que, embora analisemos apenas dois governos, o perfil de recrutamento é semelhante ao verificado para outros governos. Também são analisados os

setores e subsetores das ocupações profissionais pós-governamentais dos ex-governantes, bem como a progressão em dois momentos: após um ano de saída do governo e após três anos.

No quarto e último capítulo, aprofundamos a análise das ocupações profissionais pós-governamentais através de uma abordagem bivariada, cruzando as ocupações com múltiplas variáveis de natureza sociodemográfica e profissional. Esta análise permitirá explorar eventuais relações entre a ocupação e diferentes características individuais e institucionais, apresentado uma visão mais detalhada sobre se determinadas ocupações profissionais dos ex-governantes são mais frequentes em certas áreas de atuação no governo, género, idade, cargo ocupado no governo e duração do mandato. O foco temporal, com destaque para o primeiro e terceiro ano após o término do mandato dos governos analisados, permite identificar possíveis padrões nas ocupações profissionais dos ex-governantes.

Capítulo 1 - Revisão Literatura

1.1. Elites Políticas

A definição de “elite política” é complexa, variando consoante as disciplinas e os contextos. Uma definição singular e universalmente aceite continua a ser difícil de encontrar, refletindo o dinamismo inerente às estruturas de poder e às diversas metodologias utilizadas para as estudar. No entanto, vários temas recorrentes emergem da literatura, apresentando uma compreensão sistematizada deste conceito esquivo.

A configuração das elites políticas é influenciada pela ordem política dominante, com o modelo de Estado-nação vigente a conduzir a uma nacionalização das elites políticas. (Higley, 2017). As elites também podem ser definidas como uma minoria de indivíduos designados para servir uma coletividade de uma forma socialmente valorizada (Keller, 1963). Ou também podem ser definidas como os detentores de posições estratégicas em organizações poderosas, incluindo as dissidentes, que são capazes de afetar regularmente os resultados políticos nacionais (Dogan e Higley, 1998).

Ainda nas elites, podemos olhar também para as elites governamentais, que são figuras influentes na governação que desempenham papéis cruciais na definição das estruturas e práticas políticas. Podem incluir políticos, burocratas e gestores públicos, que detêm um poder significativo nos processos de tomada de decisão que afetam as políticas públicas e a administração (Persson & Sjöstedt, 2015). As ações e decisões podem moldar diretamente as instituições políticas e as estruturas económicas, influenciando o quadro global de governação. Em Portugal, as elites governativas são particularmente importantes, já que o executivo ocupa um papel de relevo (Braga da Cruz, 2017; Silveira, 2022; Silveira e Silva, 2023). Segundo Silveira (2022), a elite governativa portuguesa caracteriza-se por ser uma mescla entre os que acedem ao executivo com experiência política e os que não têm essa vivência. Especificamente, a elite governativa portuguesa é composta por um primeiro-ministro, ministros, secretários de estado, mas na sua órbita gravitam também assessores e dirigentes da Administração pública.

A investigação do executivo é o estudo do papel e da dinâmica do poder executivo dentro dos sistemas políticos. Abrange as abordagens teórico-metodológicas utilizadas para analisar os executivos políticos, bem como a composição, o ciclo de vida e a dinâmica interna desses executivos. O conceito inclui também as interações entre o executivo e outras instituições políticas, como a burocracia e o parlamento, e estende-se a executivos políticos para além do Estado-nação democrático, como a União Europeia e regimes autocráticos (Andeweg et al, 2020). Os termos “presidencialização” e “primeira-ministerialização” são utilizados para descrever aspetos específicos da política executiva, com o primeiro a centrar-

se no impacto da liderança de estilo presidencial na política eleitoral ou partidária, e o último a examinar a concentração de poder nas mãos do primeiro-ministro (Elgie e Passarelli, 2020). Além disso, contribuem para a compreensão do governo ao destacar a importância da imparcialidade nas instituições governamentais. A sua definição enfatiza a importância da justiça e da neutralidade no exercício da autoridade governamental, lançando luz sobre as dimensões éticas e morais da governação (Rothstein e Teorell, 2008).

No plano português, as principais instituições políticas nacionais são a Presidência da República, a Assembleia da República e o Governo. Os partidos são também uma instituição política, visto que concorrem às eleições legislativas, tendo como objetivo último a eleição dos indivíduos que compõem as listas à Assembleia da República, que resultará numa maioria parlamentar para a criação futura de um executivo, ou não, no caso de tal maioria ser rejeitada pelos parlamentares ou pelo Presidente da República. Poderemos, por isso, distinguir entre elites presidenciais, executivas, parlamentares e partidárias.

Dentro dos Governos, os ministros desempenham um papel crucial na prestação de serviços públicos e no processo político, bem como na avaliação do desempenho individual e coletivo (Rose 1989; Marsh, Richards e Smith, 2000; Berlinski, Dewan, e Dowding, 2010). Fazem parte de uma liderança coletiva que toma decisões em colaboração com o Primeiro-Ministro e altos funcionários públicos (Rose, 1971). O impacto nos ministérios e no processo político é significativo e o mandato é influenciado pelo desempenho e pela avaliação do Primeiro-Ministro (Marsh, Richards e Smith, 2000; Berlinski, Dewan, e Dowding, 2010). O papel dos ministros evoluiu ao longo do tempo, com uma ênfase crescente na sua importância na governação contemporânea (Rose, 1989; Blondel, 1985). Já os secretários de estado, desempenham as mesmas funções que os ministros numa pasta ministerial júnior específica. Embora este último seja formalmente responsável por todo o departamento, esta responsabilidade setorial dos ministros subalternos torna-os, na prática, o titular do governo dessa área política (Belchior e Silveira, 2023). Além disso, Silveira (2022) também refere que tem sido prática não lhes conceder competências originárias, o que faz com que o raio de atuação dependa do ministro, tornando-se comum existirem secretários de estado que são quase ministros e outros meros ajudantes.

Os ministros também se diferenciam quanto à relevância da pasta. Isso pode acontecer, por exemplo, entre um ministro das finanças ou da economia, e um ministro da educação ou da cultura. A investigação indica que a diferença entre um ministro político com uma pasta importante e outro sem pasta importante, reside na sua vantagem eleitoral, influência política e potencial para um mandato mais longo. Martin (2016) percebeu que a posse de uma pasta ministerial confere uma vantagem eleitoral, enquanto Hansen et. al (2013) argumentaram que a saliência de uma pasta influencia a rotatividade ministerial.

Terrière e Bouteica (2021) destacaram a preferência dos partidos regionalistas por responsabilidades territoriais e institucionais nas suas pastas ministeriais.

Tem-se considerado existirem dois tipos muito relevantes de ministros: os partidários e apartidários. Os ministros do governo partidário estão normalmente alinhados com a ideologia e as preferências políticas do seu partido, enquanto os ministros do governo independente podem ter mais flexibilidade nas escolhas políticas (Alexiadou, 2015). A seleção de ministros não partidários pode ser estratégica, particularmente em contextos com um elevado sentimento anti partidário, uma vez que podem reforçar a legitimidade e o apoio do governo (Helms, 2022). Em alguns casos, os ministros não partidários podem ser especialistas na sua área, o que contribui para o seu apelo (Vittori et al., 2023). No entanto, ambos os tipos de ministros podem desempenhar um papel significativo na elaboração de políticas, sendo alguns mais eficazes do que outros (Alexiadou, 2015). Manter uma pasta ministerial também pode conferir uma vantagem eleitoral, especialmente para os ministros do governo partidário e o impacto dos acordos de coligação na ação ministerial pode moldar ainda mais as diferenças entre os ministros do partido e dos governos independentes (Moury, 2013; Martin, 2016). António Costa Pinto e Tavares de Almeida (2018), olham também para outro tipo de ministro, os híbridos. Aliás, relativamente aos ministros híbridos, referem que combinam competências políticas desenvolvidas nos partidos e nas legislaturas com conhecimentos especializados adquiridos através da formação académica e da experiência em comissões parlamentares e governamentais (Costa Pinto e Tavares e Almeida, 2018).

A literatura sobre recrutamento das elites tem predominado em investigações sobre a ascensão ao poder político e dinâmicas de seleção. Segundo Semenova (2018), o recrutamento ministerial envolve uma combinação de perfis políticos e profissionais, com um número significativo de ministros não partidários e especialistas a serem nomeados para cargos ministeriais. As competências dos ministros são também uma consideração fundamental, com as suas origens sociais e competências a serem utilizadas para estimar a sua capacidade de desempenhar as suas funções (Headey, 1974). O processo é ainda moldado por fatores demográficos, socioeconómicos e políticos, incluindo a presença de mulheres no parlamento e a influência de fatores políticos institucionais (Annesley, 2015). Em França, o processo de recrutamento é caracterizado por fatores de pré-seleção, como a família, a escola, a pátria e o companheirismo, bem como por vias de seleção que incluem a legitimação parlamentar, as comissões parlamentares, os partidos políticos e a administração superior (Dogan, 1979). Na Alemanha, o Bundestag é o principal grupo de recrutamento de ministros, sendo a filiação partidária um fator-chave (Kaiser e Fischer, 2009). Já no Reino Unido, as nomeações de ministros subalternos são utilizadas para supervisionar os parceiros da coligação em questões enfatizadas nos manifestos dos

partidos (Greene e Jensen, 2016). A utilização de conselheiros ministeriais nomeados politicamente também pode ter impacto no processo de recrutamento, afetando a linha entre a política e a administração (Christiansen et al., 2016). De um modo geral, o recrutamento de ministros políticos é um processo multifacetado influenciado por uma série de fatores políticos, sociais e institucionais. No caso do recrutamento de ministros em Portugal, o mesmo reflete características específicas do contexto político e institucional do país, onde os partidos políticos desempenham um papel central. Historicamente, a influência partidária tem sido predominante no processo de nomeação para o governo, com uma elevada proporção de ministros ligados aos partidos a ocupar posições estratégicas (Silva et. al, 2023). Segundo os autores, mais de 72% das posições em ministérios centrais foram ocupadas por ministros ligados a partidos políticos entre 1999 e 2022. Também Patrícia Silva e Carlos Jalali (2016) corroboram esta forma de recrutamento, referindo que a filiação partidária continua a ser um fator crítico nas nomeações. Os autores exploram a dinâmica do clientelismo partidário na governação portuguesa entre 1995 e 2009, revelando como a lealdade política determina frequentemente a composição dos gabinetes. Este sistema de clientelismo facilita o alinhamento entre o governo e as agendas partidárias, mas pode limitar a diversidade de perspetivas na elaboração de políticas (Silva e Jalali, 2016). Já Pedro Tavares de Almeida e António Costa Pinto (2018), analisam a prevalência de ministros apartidários, enfatizando o seu papel crescente na democracia portuguesa. Estes indivíduos trazem frequentemente conhecimentos técnicos, particularmente nas áreas das finanças, negócios estrangeiros e educação, que complementam as prioridades políticas dos partidos no poder. Apesar dos ministros apartidários sejam uma característica significativa no governo português, a sua presença tende a variar em função do contexto político e económico. Durante períodos de crise, como no programa de resgate da Troika, esses ministros foram escolhidos para ministérios críticos, como Finanças, Economia e Educação, para aumentar a credibilidade externa e implementar reformas impopulares (Silva et. al, 2023).

No que toca ao recrutamento de secretários de estados, referidos como “*junior ministers*” na literatura inglesa, o mesmo tem sido estudado com alguma primazia no Reino Unido. Theakston (1987; 2014) sublinha a importância destes cargos como funções de aprendizagem, tendo este último salientado que desempenham um papel crucial na manutenção do controlo político e da responsabilização. Greene (2016) acrescenta uma dimensão política, sugerindo que as nomeações de secretários de estado podem ser utilizadas estrategicamente para supervisionar os parceiros da coligação em questões que preocupam os ativistas do partido. No governo do Reino Unido, por exemplo, os secretários de estado como o do Desporto, desempenham um papel significativo na manutenção do controlo político e da responsabilização, apesar da sua exclusão das decisões políticas de

alto nível (McMaster e Bairner, 2012; Theakston, 2014). São responsáveis por explicar as atividades do ministério ao Parlamento e estão cada vez mais envolvidos nos assuntos do ministério. No entanto, o seu lugar exato na hierarquia ministerial e o seu papel na elaboração de políticas e nos comités do Gabinete são frequentemente ignorados (Theakston, 1987). Já no caso do recrutamento dos secretários de estado em Portugal, segundo Pedro Silveira (2015), determinadas características pessoais e credenciais educacionais e profissionais podem revelar-se decisivas. Quando o secretário de Estado é escolhido, essas características e credenciais são tidas em conta, pelo que é possível identificar um perfil sociodemográfico coletivo destes indivíduos durante a democracia portuguesa (Silveira, 2015). A seleção dos secretários de estado foca-se ainda em três atores: o ministro, primeiro-ministro e, em governos de coligação, líderes partidários. Em Portugal, esta escolha cabe maioritariamente aos ministros, sendo pouco frequente o primeiro-ministro vetar as escolhas do Ministro (Silveira, 2024). Secretários de estado com experiência política anterior têm maior probabilidade de serem nomeados como secretários de estado. Esta experiência inclui frequentemente funções anteriores no governo ou a participação ativa em partidos políticos. (Silveira, 2015). Aliás na análise de Silveira, entre os governos entre 1976 e 2011, o mesmo menciona que, no último governo analisado, o de 2009, um em cada três secretários de estado tiveram mais de dez anos em cargos políticos relevantes, como membros do governo, deputado, autarca, ou deputado do parlamento europeu (Silveira, 2022).

1.2. Ocupações Pós-Governativas

A investigação sobre as ocupações pós-governamentais tem-se focado em dois aspetos centrais: o mapeamento das ocupações dos ex-governantes depois de saírem do governo, bem como se há algum tipo de porta giratória assim que assumem uma nova função.

Dörrenbächer (2016) refere que os ministros são muito procurados pelo setor privado devido ao seu prestígio, poder e potencial de remuneração elevada. Deixar o cargo pode ser visto como um declínio, tornando a mudança para o setor privado uma opção atrativa (Blondel, 1991). A detenção de uma pasta ministerial pode também conferir uma vantagem eleitoral, aumentando ainda mais a sua conveniência (Martin, 2016). Os conselheiros ministeriais, em particular, utilizam frequentemente os seus conhecimentos internos e as redes para transitar para carreiras lucrativas fora da política (Askim et al., 2021). O exercício de um cargo executivo pode funcionar como um trampolim para outros cargos, com trajetórias pós-cargo moldadas por recursos de capital político e fatores institucionais (Claveria e Verge, 2015). Aliás, as autoras mencionam que há três fatores que

ditam o percurso pós-ministerial, sendo eles a ambição, os recursos de capital próprio e as estruturas de oportunidade institucionais, percebendo que as estruturas de oportunidades institucionais moldam a ambição dos políticos e afeta a relevância dos recursos de capital político para as estratégias de procura de cargos em diferentes arenas (Claveria e Verge 2015). Os assessores ministeriais transitam frequentemente para as relações-públicas privadas, contribuindo para a privatização da política (Blach-Ørsten, 2020). A possibilidade de promoção a um alto cargo público é também influenciada pela lealdade partidária, pelo ofício político e pelas competências de gestão (Bach e Veit, 2017).

Apesar da apetecibilidade dos ministros, os mesmos também costumam ser demitidos ou exonerados, existindo múltiplas razões, incluindo um fraco desempenho organizacional (Boeker, 1992), problemas de implementação de políticas (Indridason e Kam, 2008) e mudanças políticas (Iyer e Mani, 2012). O potencial de “*agency loss*” no processo de delegação entre o gabinete e os ministros também pode levar a demissões (Andeweg, 2000). Os primeiros-ministros desempenham um papel importante na definição da sucessão ministerial e podem demitir ministros por mau desempenho (Dowding e McLeay, 2011). As demissões podem ocorrer devido a falhas pessoais, pressão dos media e princípios constitucionais (Woodhouse, 2004).

Blondel escreveu que ser ministro é, para todos os efeitos, o ápice de uma carreira política e mesmo de uma carreira *tout court*. O cargo é prestigioso, atrai a atenção da classe política, dos media, da população. Dá uma sensação de poder - e suscita alguma inveja (Blondel, 1991).

Os dois grandes autores que trabalharam sobre as carreiras pós-ministeriais são Jean Blondel e Keith Nicholls, desenvolvendo uma extensa literatura sobre o tema. Ambos desenvolveram classificações sobre como definir as carreiras pós-ministeriais. Jean Blondel, em 1991, definiu da seguinte forma: *Retirement, Parliament, Previous Occupation* e *New Career (Public enterprise; Private Business or International Position)*. Blondel refere que a reforma significa o fim de todas as ambições e a passagem súbita de uma existência ativa e muito pública para uma existência desconhecida e totalmente privada; a passagem para o Parlamento tem “vantagens manifestas, dando aos ex-ministros a oportunidade de esperar por uma nova chamada para o governo. Um lugar no parlamento significa que os laços com a vida política não estão totalmente cortados: os deputados podem esperar manter ligações com os ministros e, assim, exercer alguma influência sobre a ação governamental; o regresso ao trabalho anterior, segundo as palavras de Blondel, “significa reconhecer que a carreira política foi apenas um parêntesis. Estes ministros serviram o público e tiveram a sua quota-parte de recompensas; mas não “lucraram” permanentemente com a posição que ocuparam no governo; por fim, olhar para uma nova carreira, tem-se sempre a visão de uma função com prestígio, podendo ser na “política local ou regional, na direção de uma empresa

pública ou de uma empresa privada, no estrangeiro ou numa organização internacional” (Blondel, 1991).

Já Keith Nicholls, também em 1991, definiu da seguinte forma: *Government/Politics*, *Law-Private*, *General Business* e *Other Private Sector*. Em *Government/Politics*, refere que cargos eletivos, cargos de nomeação, cargos jurídicos e atividades políticas partidárias caem nesta definição; em *Law-Private* recai na prática efetiva da advocacia no setor privado; em *General Business* são as profissões básicas de empresas com fins lucrativos, incluindo profissionais relacionados com as empresas, como economistas e contabilistas não académicos, e agricultores; em *Other Private Sector* profissionais não empresariais, profissões religiosas, académicas e jornalísticas, e funcionários sindicais (Nicholls, 1991).

Mais recentemente, inspirando-se na classificação de Nicholls referente à ambição, Claveria e Verge categorizaram as carreiras pós-ministeriais da seguinte forma: *Government*, *Politics*, *General Business (profit)*, *International arena and advocacy roles*, *Previous job* e *retirement*. Em *Government*: alguns ex-ministros são reconduzidos no gabinete formado após as eleições seguintes. Embora as reconduções constituam, em sentido estrito, a continuação de um cargo ministerial, enquadram-se numa ambição de carreira estática com um interesse a longo prazo na reeleição para o cargo ministerial. Por conseguinte, as reconduções são consideradas como um novo cargo; em *Politics*: entre os ministros que abandonaram os gabinetes, alguns permanecem ativos na política no âmbito de outros cargos eletivos ou nomeados a nível nacional, regional, supranacional ou local. Incluem-se também os cargos de direção de empresas do setor público e posições partidárias proeminentes. Este tipo de carreira reflete uma ambição discreta, com os ministros a projetarem o seu poder e estatuto em termos da sua sobrevivência no domínio da política; em *General Business (profit)*: outros ex-ministros podem utilizar a sua experiência de gabinete para passar para o setor empresarial geral (com fins lucrativos) como consultores, conselheiros ou membros de conselhos de administração de empresas. A ambição progressiva dirigida ao setor privado pode implicar apelar ao alvo da ambição (empresas) enquanto se está no cargo, levantando assim problemas de portas giratórias; em *International Arena and Advocacy Roles*: a ambição progressista pode também ser direcionada para a promoção na cena internacional. A reputação e os contactos adquiridos durante o exercício das suas funções permitem a alguns ministros cessantes obter cargos em organizações multilaterais, grupos de reflexão e embaixadas. Estes recursos podem também tornar os ex-ministros em líderes importantes de redes de defesa com perfis internacionais; *Previous Job*: Alguns titulares de cargos ministeriais são ministros transitórios. Após a cessação do mandato governamental ou ministerial, desaparecem da vida pública, regressando ao seu emprego anterior ou assumindo uma posição semelhante

no mesmo setor profissional, demonstrando assim uma ambição a curto prazo, em que o cargo de ministro foi considerado uma pausa nas suas carreiras profissionais não políticas; Retirement: Por último, alguns ministros cessantes reformam-se após terem exercido funções no governo. Esta decisão é geralmente determinada pela idade e pelo estado de saúde (Claveria e Verge, 2015).

Apesar da importância do tema das ocupações pós-governamentais, o mesmo tem sido pouco desenvolvido, existindo um punhado de investigadores que abordaram. Sebastian Jackle, Klaus Stolz, Jörn Fischer e Nora Dörrenbächer desenvolveram trabalhos diversos na Alemanha, Claveria e Verge, em 23 democracias industriais e Rasmussen et al na Dinamarca.

Nas investigações sobre as carreiras pós-ministeriais a nível regional na Alemanha, entre 1945 e 2014, Jäckle conseguiu perceber que depois de deixar o cargo, os políticos têm dois caminhos mais proeminentes, a permanência na política a nível nacional ou a passagem para o setor privado (Jäckle, 2023). Já Stolz e Fischer, também na Alemanha, entre 1990 e 2011, conseguiram perceber que o gabinete regional é o ponto mais alto na maioria dos ministros e que, quem sobe, preferem o nacional ao invés do europeu, além do cargo executivo em detrimento do mandato legislativo (Stolz e Fischer, 2014).

Nora faz uma análise dos governos alemães entre 1949 e 2014, em que tenta perceber se realmente existe uma porta giratória. A sua análise permitiu perceber que, entre os ministros alemães, a porta giratória, ou a preferência pelo setor privado, não é muito comum. No entanto, desde a década de 1980, tem existido um aumento significativo. De referir também que existe padrões muito dispares relativamente ao fator de empenho pessoal dos ministros no que se concerne à diversidade de objetivos das carreiras dos ministros (Dörrenbächer, 2016). Rasmussen et al, ao investigarem as carreiras de ministros e secretários dos governos dinamarqueses entre 2009 e 2019, perceberam que a porta giratória é generalizada e que mais de um terço dos mesmos acabam num emprego privado no mesmo ano ou no ano seguinte da cessação do cargo (Rasmussen et al. 2021). De notar também que os cargos alcançados são em empresas e a um nível superior (Rasmussen et al. 2021). Também Camerlo, Malamud & Molina (2022) notaram que, numa percentagem significativa de casos, um cargo ministerial não parece ser o último passo de uma carreira política, mas antes o seu trampolim inicial.

No que se concerne a Claveria e Verge, as autoras olham para a ambição, recursos de capital político e as estruturas de oportunidade institucional dos ex-ministros como forma de afetar tanto a ambição como os recursos individuais. Além disso, as autoras olham também para a questão de género de forma a perceber se as ocupações pós-ministeriais apresentam padrões diferenciados entre homens e mulheres. A análise a 23 democracias permitiu perceber que a maioria dos ministros que deixam o cargo é olhado como um

trampolim para outro cargo e que as trajetórias pós-cargo não são apenas moldadas pelos recursos de capital político dos ex-ministros, tais como a antiguidade, o cargo no partido, a experiência política e o tipo de pasta detida enquanto estiveram no governo, mas também por diferentes fatores institucionais que apresentam combinações específicas de cada país (Claveria e Verge, 2015).

Além do trabalho desenvolvido sobre as carreiras pós-ministeriais, trabalhos relativamente às carreiras pós-parlamentares, tanto regionais como nacionais, têm também sido desenvolvido, bem como de *ministerial advisors* e *policy professionals*. Autores como Claessen et al., Selling e Svalfors, Askim et al., e Würfel, têm trabalhado nestas temáticas. Claessen et al mostram que apenas uma percentagem limitada de deputados e deputadas consegue utilizar o parlamento, alemão e neerlandês, como trampolim para a progressão na carreira para cargos pós-parlamentares mais elevados, mais lucrativos e mais atrativos, tanto no setor público como no privado. (Claessen et al, 2020). Já Würfel, ao analisar o parlamento alemão, demonstra que uma posição hierárquica mais elevada no parlamento e no partido e a experiência adquirida, influenciam a probabilidade de ocupar posteriormente um cargo mais atrativo no setor público ou privado. Além disso, a forma como os legisladores deixam o parlamento - seja devido a uma nomeação falhada, a um escândalo ou a uma reeleição falhada - constitui um indicador fiável do estatuto do emprego subsequente (Würfel, 2017).

Selling e Svalfors, na sua análise sobre *policy professionals* defendem que, no que concerne à Suécia, competências como a capacidade de navegar no sistema político tornam os profissionais da política empregáveis numa variedade de organizações, que as considerações relativas a diferentes aspetos do poder foram fundamentais para as suas decisões de carreira e as barreiras no seu mercado de trabalho estão relacionadas com compromissos ideológicos, lealdades e hierarquias de valores que tornam os profissionais da política relutantes em se deslocarem para onde quer que as suas competências os possam levar (Selling e Svalfors, 2019). Já Askim et al, na Noruega, mostram que, mais do que alargar a classe política enquanto campo de recrutamento de futuros deputados e ministros, as nomeações de conselheiros ministeriais servem de trampolim para carreiras fora da política, sendo que a maioria dos conselheiros ministeriais passa por mudanças entre setores profissionais e sobe para posições mais elevadas. No entanto, a atratividade dos conselheiros ministeriais no mercado de trabalho não é surpreendentemente afetada pelo que realmente fizeram no cargo, bem pelo contrário, que assenta em recursos como os conhecimentos internos e as redes de contactos (Askim et al., 2020).

Por fim, apesar da importância da temática sobre as ocupações pós-governamentais em Portugal, o tema tem sido pouco desenvolvido, existindo apenas dois autores, António Costa Pinto e Pedro Tavares de Almeida, que desenvolveram um trabalho em conjunto em

que referem as carreiras pós-ministeriais como parte de uma investigação mais alargada, no capítulo “*The Primacy of Experts? Non-partisan Ministers in Portuguese Democracy*”, do livro “*Technocratic Ministers and Political Leadership in European Democracies*”. Costa Pinto e Tavares de Almeida fizeram uma análise entre 1976 e 2015 dos ministros portugueses, em que a conclusão que retiraram foi que alguns políticos que têm uma sólida formação académica e competências técnicas são capazes de seguir uma carreira pós-ministerial no setor privado (Costa Pinto e Tavares de Almeida, 2018). Nesta investigação, os autores mencionam que a mobilidade de ex-ministros políticos para o setor público e para as empresas privadas, especialmente para o setor bancário é comum, sendo um padrão comum das carreiras pós-ministeriais dos políticos tornarem-se conselheiros ou membros do conselho de administração de bancos e grupos empresariais. (Costa Pinto e Tavares de Almeida, 2018)

Dado o reduzido número de trabalhos sobre as ocupações pós-governamentais, particularmente no contexto português, e de ministros e secretários de estado, esta dissertação visa preencher uma lacuna na literatura, pretendendo dar um pequeno contributo e ajudar a complementar futuras investigações de forma mais aprofundada.

Capítulo 2 – Enquadramento Metodológico

2.1. Pergunta de Investigação e Expectativas

A pergunta de investigação definida, tem como mote responder: “Como se caracterizam as ocupações pós-governamentais dos ministros e secretários de estado em Portugal?”.

Como referido anteriormente, pouco se tem abordado sobre a temática a nível nacional, com algum foco a nível internacional. Ainda nesta temática, pouco menos se tem falado das ocupações pós-governamentais dos secretários de estado que, apesar de não terem uma importância igual à de um ministro, fazem parte do Ministério e desempenham um papel crucial no governo, sendo responsáveis pela implementação das políticas públicas (Silveira, 2021), mediação entre os Ministros e os serviços administrativos, e pela representação governamental em diversas esferas. Além disso, a sua especialização técnica em áreas específicas contribui para decisões informadas e eficazes, assegurando a operacionalização das prioridades governamentais. As elites ministeriais assumem posições muito relevantes porque são essas elites que desempenham um papel crucial na definição das decisões e políticas governamentais, que têm um impacto direto na vida dos cidadãos. Além disso, a composição das elites ministeriais evoluiu ao longo do tempo, com ênfase crescente nas competências técnicas e conhecimentos em questões de política económica e social (Costa Pinto, Cotta e Tavares de Almeida, 2018). Por fim, as elites ministeriais, tendo em conta a crescente mediatização e à sua importância, visto que são o pináculo da carreira política (Blondel, 1991), são escrutinadas diariamente. Tendo em conta a literatura, algumas expectativas foram levantadas para esta dissertação. A primeira é que é expectável que ministros e secretários de estado consigam assumir cargos pós-governamentais com uma senioridade média/alta, seja a nível nacional ou internacional, no setor privado ou em cargos internacionais (Claveria e Verge, 2015). Com efeito, quando os governantes saem do governo ascendem a um estatuto socialmente muito relevante, sendo expectável que exerçam ocupações condizentes com esse estatuto.

No mesmo sentido, é expectável que os ministros sejam muito procurados pelo setor privado devido ao seu prestígio e poder (Dörrenbächer, 2016). Deixar o cargo pode ser visto como um declínio, tornando a mudança para o setor privado uma opção atrativa (Blondel, 1991). A detenção de uma pasta ministerial pode também conferir uma vantagem eleitoral, aumentando ainda mais a sua conveniência (Martin, 2016). Os secretários de estado, em particular, utilizam frequentemente os seus conhecimentos internos e as suas redes para transitar para carreiras lucrativas fora da política (Askim et al., 2020).

Além disso, algumas pastas ministeriais são mais valorizadas do que outras, sendo que o “poder de mercado” dessas pastas, definido pela capacidade regulatória e pela influência na aquisição de bens e serviços privados, é um fator determinante (Cingano e Pinotti, 2009). Ministérios relacionados com áreas como obras públicas, equipamento militar, energia, comunicações e produtos farmacêuticos são especialmente atrativos para empresas que operam nesses setores. Posto isto, espera-se então que o tipo de pasta detida pelos ministros que cessam funções, assume uma importância e influencia nas oportunidades.

Posto isto, pretendemos perceber se, de facto, a ocupação pós-governamental dos ex-governantes passa por uma carreira no setor privado, com cargos de alta senioridade, e se a pasta que detêm no governo influencia futuras ocupações dos mesmos. Neste caso, pretende-se analisar o caso português, mais especificamente os Governos XIX e XXI Constitucionais, sendo os primeiros governos de Pedro Passos Coelho e de António Costa, respetivamente.

2.2. Metodologia

Usámos uma abordagem quantitativa nesta dissertação tendo em conta que se adequa aos objetivos do estudo, que envolvem a análise de padrões nas ocupações pós-governamentais em Portugal.

Esta abordagem apresenta várias vantagens para esta investigação. Em primeiro lugar, possibilita a análise de um grande volume de dados, apresentando uma visão abrangente das variações gerais. Em segundo lugar, a objetividade inerente a este método contribui para a minimização de enviesamento interpretativos, reforçando a credibilidade dos resultados.

Contudo, é importante reconhecer as limitações associadas à abordagem quantitativa. Concretamente, a dependência de dados documentais restringiu a análise a informações disponíveis publicamente, excluindo elementos subjetivos ou contextuais que poderiam enriquecer a compreensão das trajetórias individuais. Além disso, a operacionalização de variáveis, como o nível de senioridade, exigiu critérios claros e consistentes para evitar interpretações arbitrárias.

2.3. Unidades de Observação e Variáveis

Analisamos os XIX e XXI Governos Constitucionais por duas razões: a primeira tem a ver com o facto da temporalidade, por não ser muito distante, o que permite fazer uma análise minuciosa e detalhada da informação que se pretende recolher; a segunda tem a ver

com o facto de serem mandatos finalizados, com uma duração alargada de quatro anos cada, daí os XX e XXII Governos Constitucionais não serem analisados, visto que o primeiro teve a duração de um mês e o segundo de dois anos.

A presente dissertação visa analisar as ocupações pós-governamentais com foco na caracterização dos cargos assumidos por ex-ministros e ex-secretários de estado, percebendo qual o rumo que seguem assim que saem do Governo. Para isso, além de usarmos uma abordagem quantitativa e descritiva, iremos dividir a análise em dois capítulos: o capítulo três servirá para fazer análise sociodemográfica e das ocupações pós-governamentais dos ex-governantes, enquanto o capítulo quatro servirá para cruzar um conjunto de variáveis, de forma a aproveitar os dados para fazer algumas análises bivariadas.

Como unidades de observação, como descrito anteriormente, teremos os ministros e secretários de estado dos Governos XIX e XXI, que totalizam 179 unidades de observação.

Nesta dissertação, decidimos utilizar um conjunto de variáveis para analisar como se caracteriza as ocupações pós-governamentais dos ministros e secretários em Portugal. Algumas destas variáveis foram definidas com base em trabalhos anteriores (Blondel, 1991; Claveria e Verge, 2015; Costa Pinto e Tavares de Almeida, 2002) sobre carreiras políticas, procurando abranger as dimensões mais relevantes para a análise, desde características sociodemográficas, como profissionais. A abordagem adotada permite uma análise comparativa entre diferentes setores e níveis de senioridade, contribuindo para um entendimento abrangente do fenómeno. Posto isto, usámos um conjunto de 14 variáveis para responder às expectativas que nos propusemos analisar, sendo elas as seguintes: género, cargo no governo, grupo etário, pasta ministerial aquando ocupavam o cargo governativo, setor da ocupação profissional pós governativa e subsetores de cada setor das ocupações pós-governamentais (Público, Privado e Internacional) nos anos um e três, e a senioridade dos cargos assumidos, também no primeiro, como no terceiro ano.

O género constitui uma variável importante para a análise das ocupações pós-governativas, permitindo explorar possíveis diferenças e escolhas entre homens e mulheres após a saída de cargos governamentais. Esta variável é binária e identifica o género dos indivíduos com base em fontes oficiais ou informações biográficas publicamente disponíveis. A inclusão desta variável é justificada por um corpo crescente de literatura que aponta desigualdades de género nas carreiras políticas e no acesso a posições de poder no setor público e privado.

O cargo ocupado no governo permite classificar os indivíduos de acordo com o nível hierárquico da posição que exerceram, tanto como Primeiro-Ministro, Ministro ou Secretário de Estado. Esta variável reflete diferentes níveis de responsabilidade, visibilidade pública e acesso a redes de poder durante o mandato governativo. A distinção entre

Primeiro-Ministro, Ministro e Secretário de Estado é essencial, uma vez que a literatura indica que as posições mais altas no governo estão frequentemente associadas a melhores oportunidades de integração em setores de elevado prestígio e remuneração no período pós-ministerial (Claveria e Verge, 2015; Dörrenbächer, 2016). Além disso, esta variável permite avaliar se o impacto do cargo ocupado se traduz em diferenças significativas na natureza e na senioridade das posições assumidas após a saída do governo.

Sobre as pastas ministeriais, a classificação usada foi a de Pedro Silveira (2013), por se basear em tipologias já usadas na literatura e adaptadas ao caso português. Este tipo de pastas divide-se da seguinte forma: Economia, Finanças; Agricultura, Ambiente; Educação, Ensino Universitário, Ciência; Obras Públicas, Transportes e Comunicações; Indústria, Comércio; Emprego, Segurança Social; Presidência, Assuntos Parlamentares, Adjunto do Primeiro-Ministro; Negócios Estrangeiros; Primeiro-Ministro; Administração Interna; Saúde; Justiça; Defesa; Cultura; Outros. Ao agrupar as pastas com proximidade temática, esta abordagem permite uma análise mais estruturada e coerente das nomeações ministeriais, facilitando a identificação de padrões e tendências na distribuição das funções ao longo do tempo. Além disso, o uso de uma tipologia já consolidada na literatura académica assegura maior rigor metodológico e contribui para a comparabilidade com outros estudos sobre a composição e o recrutamento ministerial.

Relativamente ao grupo etário, permite-nos perceber se diferente grupo etário tem diferentes ocupações ou senioridades no cargo. Para facilitar a análise, a idade foi categorizada em cinco grupos: menos de 34 anos; 35-40 anos; 41-50 anos; 51-60 anos; e mais de 61 anos. Esta categorização permite, assim, identificar tendências geracionais e diferenças na transição de carreira.

Antes de explicarmos cada setor e subsetor, é necessário dar nota que, para classificar as ocupações pós-governamentais, como referimos anteriormente, aproveitámos as classificações de Jean Blondel e Claveria e Verge, adaptando aos nossos resultados e necessidades, tendo em conta que o primeiro autor é uma referência neste tipo de investigações, e as segundas autoras dão já uma visão mais recente do tema. Passando para o caso dos setores das ocupações pós-governativas, distingue-se em cinco setores: Governo, Público, Privado, Internacional e Reforma/Falecimento.

Tendo em conta que a nossa análise acaba no XXI Governo Constitucional, que dura até 2019, e que a manutenção do Partido Socialista no executivo mantém-se até 2024, muitos dos dados observados mantêm-se depois de 2022, que é o máximo que a nossa análise pode ir. Por isso, faz todo o sentido autonomizar como setor. Além disso, será analisado o seguinte: mudança de cargo (tenta-se perceber se existe uma mobilidade interna dentro do governo, passando de secretário de estado para ministro ou vice-versa); mudança de área (tenta-se perceber se existe também uma mobilidade dentro do governo, mas neste

caso em termos de pastas ministeriais). No caso do setor Público, definimos da seguinte forma: Assembleia da República (inclui os cargos de deputado ou de presidente), Administração Pública (inclui cargos em instituições governamentais, como direções gerais, secretarias e outros órgãos de gestão da administração pública, onde ex-governantes podem desempenhar funções técnicas ou de liderança, contribuindo para a formulação e implementação de políticas públicas), setor empresarial do estado (engloba cargos em empresas públicas ou parcialmente estatais), Instituições de Ensino Básico/Superior (cargos ligados ao ensino básico, secundário e superior de instituições públicas, em cargos de investigação, ensino ou de direção) e outros (tendo em conta os poucos casos, pequenos subsectores como agências, fundações ou associações, são alocados nesta subcategoria).

No caso do Privado, definimos os seguintes subsectores: Bancário e Financeiro (inclui cargos de liderança em instituições financeiras, como bancos, empresas de gestão de ativos, ou fundos de capital de risco), Advocacia/Consultoria (refere-se à prática em grandes escritórios de advogados ou firmas de consultoria, onde ex-governantes podem ser sócios, consultores ou advogados especializados), Industrial (engloba posições de gestão ou consultoria em empresas dos setores primário e secundário, como agricultura, indústria e construção civil), Instituições de Ensino Superior (refere-se à atuação em universidades e instituições de ensino privadas, seja como professores, reitores, ou membros do conselho. As funções aqui podem envolver tanto o ensino quanto a gestão universitária) e outros (este subsector abrange diversos cargos que não justifica uma subcategorização, devidos aos poucos casos, sendo eles Literatura, Saúde, Tecnologia e Organizações Não Governamentais).

Já no caso do setor internacional, os subsectores definidos são Organizações Internacionais (refere-se à atuação em entidades como a OCDE, FMI ou multilaterais) e Instituições Políticas da União Europeia: (cargos dentro das estruturas da UE, como comissários europeus, membros do Parlamento Europeu, ou outros cargos de liderança em agências ou instituições políticas da União Europeia).

A Reforma/falecimento significa que um ex-governante cessa funções porque opta por se retirar da vida pública e privada, ou porque morre. Por fim, cabe dar nota que em diversas tabelas dos setores existe uma referência a n/d (não disponível), que se refere a casos em que não foi possível identificar os cargos que assumiram após término do mandato.

Além de classificar o as ocupações profissionais de um ex-governante, classificamos se o cargo que assumiu era de senioridade baixa, média ou alta. Como baixa, o tipo de emprego são Consultores, membros da direção de organizações mais pequenas, com influência limitada a domínios ou projetos específicos, sem poder executivo, com responsabilidades que podem incluir consultoria numa base temporária, com um poder de

decisão mínimo, e com impacto localizado ou baseado em projetos, sem influência direta nas principais decisões organizacionais. Como média, o tipo de emprego é um Diretor executivo ou executivo de topo de pequenas organizações, funções executivas de nível intermédio em grandes empresas, consultor sénior de grandes empresas ou de *think tanks* ou ONGs; funções académicas (investigadores de alto nível ou professores), com influência moderada dentro da organização, envolvido na tomada de decisões, mas sem controlo total, com responsabilidades de supervisão de uma equipa ou departamento, gestão de operações, estratégia ou política, mas com responsabilidade partilhada a nível executivo, e impacto a nível regional ou nacional, influência mais significativa sobre a política ou a direção da empresa, mas ainda não no topo das grandes organizações. Por fim, como alta, o tipo de emprego é de Diretor executivo ou executivo de topo de grandes empresas multinacionais, funções de alto nível em organizações internacionais (por exemplo, ONU, Banco Mundial), sócio de grandes empresas, com influência de alto nível, poder significativo sobre as principais decisões e políticas, com responsabilidades por decisões estratégicas de grande escala, liderando grandes organizações com alcance nacional ou global, gerindo outros executivos seniores, e com impacto global ou nacional, moldando os principais resultados da indústria ou das políticas, visibilidade alargada e autoridade para tomar decisões. De ressaltar que, em alguns casos, foi necessário ter uma análise subjetiva, visto que a relação não é totalmente exata em alguns cargos.

Por fim, relativamente à comparação entre o primeiro ano e o terceiro pós-governo, a mesma foi adaptada a uma investigação realizada por Rasmussen et al. (2020), em que dividiu desta forma, para analisar possíveis padrões entre o primeiro e o terceiro ano. Além disso, como achamos que analisar o primeiro cargo assim que sai do executivo seria muito redutor e até enganador, analisamos o cargo assumido após um ano de cessação de funções executivas e após três anos. Em casos em que um indivíduo tenha uma nova posição no terceiro ano, mas acumula com a posição do primeiro ano, considerámos a manutenção das funções que exercia anteriormente, como por exemplo Maria Luís Albuquerque entre o primeiro e terceiro ano, em que assumiu funções no setor privado, ou João Pedro Matos Fernandes, que seguiu o mesmo rumo.

2.4. Fontes

Nesta dissertação, a recolha de informação sobre os a ocupação profissional dos ex-governantes foi conduzida com base em diversas fontes de informação, assegurando a abrangência e a precisão dos dados. Incluiu assim fontes institucionais, fontes digitais e redes sociais profissionais.

Uma das fontes primárias foi o site da Assembleia da República, que apresenta informações detalhadas sobre os percursos dos deputados e de alguns ex-governantes que assumiram funções parlamentares. O site revelou-se crucial para mapear as ocupações daqueles que permaneceram no âmbito público após a saída do governo. Também a credibilidade das informações disponibilizadas pela Assembleia da República é elevada, dado que os dados são fornecidos e atualizados por uma instituição oficial.

Além disso, recorreu-se a sites de entidades públicas e privadas onde os ex-governantes assumiram funções após a saída do governo, mapeando assim cargos ocupados, datas de entrada e saída das funções e, por vezes, descrições das responsabilidades associadas.

Outra fonte importante foram os *Curricula Vitae* (CVs) disponíveis online, seja através de sites pessoais ou institucionais. Os CVs contêm frequentemente detalhes concretos sobre os cargos ocupados, datas e experiências profissionais, permitindo uma análise aprofundada das trajetórias profissionais dos ex-governantes. No entanto, a atualização destas informações depende do próprio utilizador, o que pode introduzir lacunas ou dados desatualizados. Por esta razão, as informações foram cruzadas com outras fontes para assegurar a sua fiabilidade.

Por fim, o LinkedIn foi uma das ferramentas mais útil na recolha de informação sobre os ex-governantes. Esta rede social profissional apresenta perfis detalhados que incluem históricos de carreira, formação académica e, por vezes, informações sobre projetos ou realizações. Apesar de ser uma rede social, onde a informação é publicada pelos próprios utilizadores sem verificação obrigatória, considera-se que, dada a relevância pública de ministros e secretários de estado, os perfis têm maior probabilidade de serem precisos e atualizados, visto que estas figuras frequentemente mantêm um cuidado extra na apresentação pública das experiências profissionais.

O processo de recolha de informações não esteve isento de desafios. A principal limitação foi a falta de uniformidade na apresentação de dados entre as diferentes fontes, o que exigiu um cruzamento constante para garantir a veracidade e a consistência das informações. Além disso, algumas trajetórias não foram completamente mapeadas devido à ausência de dados públicos ou ao encerramento de perfis profissionais.

Apesar destes desafios, a utilização de múltiplas fontes permitiu uma triangulação eficaz de dados, assegurando maior fidedignidade aos resultados apresentados na dissertação. A complementaridade entre fontes institucionais, CVs e redes sociais reforçou a qualidade da informação, permitindo identificar padrões relevantes sobre os rumos profissionais dos ex-governantes.

Capítulo 3

Neste capítulo, apresentamos os dados recolhidos sobre as ocupações profissionais pós-governamentais, com o objetivo de descrever os percursos profissionais dos ex-ministros e secretários de estado após deixarem o cargo governamental. Em primeiro lugar, abordaremos as características sociodemográficas, como a idade pós-saída do governo e o género, bem como o período durante o qual ocuparam o cargo ministerial, de forma a traçar o perfil dos ministros e secretários de estado dos Governos Constitucionais Portugueses XIX e XXI.

De seguida, serão analisadas os setores e subsetores das ocupações profissionais pós-governamentais dos ex-governantes, bem como a progressão em dois momentos: após um ano de saída do governo e após três anos de saída do governo. A análise do primeiro ano pós-governo apresenta uma visão inicial dos cargos assumidos imediatamente após a saída do cargo ministerial, enquanto os dados do terceiro ano permitem observar possíveis transições e estabilidade no percurso profissional. Uma comparação entre os cargos assumidos no primeiro ano após término do mandato e terceiro ano, permite identificar tendências de mudança, em três dimensões: mudança de categoria, mudança de Subcategoria e mudança de senioridade.

3.1. Perfil sociodemográfico

O perfil sociodemográfico de um governante é frequentemente analisado a partir de variáveis como género e idade. Estas características permitem identificar tendências gerais sobre quem ocupa posições de liderança governamental, apresentando uma visão inicial sobre a composição das elites políticas. Antes de começar a análise, é necessário referir que, nesta secção, incorporámos o trabalho de Costa Pinto e Tavares de Almeida sobre os ministros portugueses entre 19974 e 1999, de forma a perceber se, entre 1999 e aos anos em análise, existiu uma discrepância entre os governos analisados pelos autores e os nossos, em termos de idade, género e número de anos num governo democrático. Os autores concluíram que, em termos de grupo etário, os governantes assumem posições principalmente entre os 40-49 anos de idade, com a idade média a fixar-se nos 46 anos. No género, perceberam que, as mulheres ministras só representavam 4% durante esse período, enquanto as mulheres secretárias de estado 8%. Já a duração no cargo, mantinha-se nos 15,3 meses (Costa Pinto e Tavares de Almeida, 2002). Esta análise permitirá perceber se existiu uma mudança flagrante entre os primeiros 25 anos de democracia e a atualidade.

Entre o período analisado, a faixa etária mais comum assim que os governantes saem do governo é dos 51-60 anos, representando 37,4% do total, seguida de perto pela faixa de

41-50 anos com 34,6%. Apenas 8,38% dos ex-governantes saíram do governo com menos de 40 anos, muito abaixo dos 17,3% de quem saiu depois dos 61.

Tabela 1 – Grupo etário

Grupo Etário	N	%
< 34	1	0.56%
35-40	14	7.8%
41-50	62	34.6%
51-60	67	37.4%
> 61	31	17.3%
n/d	4	2.2%
Total	179	100%

Legenda: Grupo etário dos Ministros e Secretários Estado dos Governos XIX e XXI

Olhando para os dados na tabela 1 podemos ver que há uma maior concentração nas faixas etárias entre os 41 e os 60 anos, com 2/3 do valor total. Em média, a idade de um governante é de 56 anos, indo ao encontro dos resultados de Luca Verzichelli e Maurizio Cotta (2018) nos governos italianos entre 1994-2014, com 54.2 anos de média.

No caso português, segundo o *Eurostat* (cf. [Half of EU's population older than 44.4 years in 2022](#)), a idade média, em 2022, fixou-se nos 48,8 bastante abaixo da idade média de um governante português saído de funções. Ainda se compararmos as conclusões de Costa Pinto e Tavares de Almeida, em termos de média de idade assim que saem do governo, tal não se assemelha, com uma diferença de 10 anos. No entanto, e tendo em conta que os autores analisaram a idade aquando da nomeação e nós assim que saíram do governo, e assumindo que os governantes se mantiveram em funções durante quatro anos, mesmo assim, a idade média seria de 50, estando ainda abaixo dos dados apresentados. Isto demonstra que os sistemas políticos são frequentemente governados por indivíduos significativamente mais velhos do que o eleitor médio, um fenómeno conhecido como *gerontocracy* (Magni-Berton e Panel, 2021). Esta disparidade etária não se deve às qualidades superiores de liderança dos governantes mais velhos, mas sim a considerações estratégicas. Os primeiros-ministros devem equilibrar a necessidade de ministros experientes com o desejo de projetar uma imagem e proporcionar oportunidades aos jovens políticos (Alderman e Cross, 1986). Já a sub-representação dos jovens na política pode levar a políticas que favorecem um conjunto de pessoas mais velhas e potencialmente alienam os eleitores jovens (Stockemer e Sundström, 2023).

Em termos de género, o mesmo demonstra uma diferença significativa, com os homens a representarem 76% dos ex-governantes e as mulheres 24% (tabela 2). Esta discrepância indica uma clara sub-representação feminina em cargos ministeriais no

governo, o que pode ser um reflexo de barreiras estruturais e culturais que limitam o acesso de mulheres a posições políticas de médio/alto nível.

Tabela 2 – Género

Género	N	%
Masculino	136	76.0%
Feminino	43	24.0%
Total	179	100%

Legenda: Género dos Ministros e Secretários Estado dos Governos XIX e XXI

Essa diferença de género pode ser discutida em dois níveis, de forma histórico-cultural, em que países com histórias de desigualdade de género na política ainda podem estar a enfrentar desafios para a inclusão feminina em cargos executivos, apesar dos progressos recentes, e efeitos sobre as carreiras pós-ministeriais, em que a sub-representação feminina pode influenciar as oportunidades de carreira das mulheres após deixarem o governo, já que a rede de contatos, visibilidade e prestígio acumulado pode ser menor do que a dos homens em posições semelhantes. Isso também levanta questões sobre a necessidade de políticas públicas que incentivem a participação feminina e promovam a igualdade de oportunidades, como existe para a eleição do cargo de deputado.

Numa análise semelhante, e referida em cima, entre os governos de 1974 e 1999, a representação das mulheres estava muito abaixo dos valores apresentados em cima, com 4% para ministras e 8% para secretárias de estado. Fazendo mesmo exercício, e desagregando os valores que apresentámos por tipo de cargo, podemos perceber que as ministras representam 24,4%, enquanto as secretárias de estado 24,3%. Apesar dos valores ainda serem bastante inferiores aos dos homens, é importante referir que tem existido um reforço da representação feminina. Já olhando para outros casos, a participação das mulheres nos governos políticos europeus também é baixa, com uma média de 28,04% de representação nos parlamentos (Hernik e Vera, 2020), acima dos valores apresentados na tabela 2. Aliás, o lento progresso na participação política das mulheres levou alguns académicos a descrever as democracias europeias como “inacabadas” ou “questionáveis” (Hoecker, 1998). Sundström e Wängnerud (2016) afirmam que um dos fatores que leva à falta de representação das mulheres, tem a ver com os elevados níveis de corrupção em algumas regiões europeias, que criam ambientes onde prosperam redes dominadas por homens, dificultando a penetração das mulheres nos círculos políticos e a seleção como candidatas. Já Sundström e Stockemer (2021) referem que, partidos políticos com ideologias progressistas, como os partidos verdes, liberais e de esquerda, tendem a ter uma maior representação feminina. A presença de líderes femininas e as quotas de género

intrapartidárias também têm um impacto positivo na representação das mulheres. Embora tenham sido feitos alguns progressos através de quotas de género e de ideologias partidárias favoráveis, continuam a existir obstáculos significativos, em especial em regiões com redes dominadas pelos homens e papéis tradicionais de género.

Tabela 3 – Duração do Mandato

Duração do Mandato	N	%
< 1	18	10.1%
1	47	26.3%
2	62	34.6%
3	39	21.8%
4	13	7.3%
Total	179	100%

Legenda: Duração do Mandato dos Ministros e Secretários Estado dos Governos XIX e XXI

Já no que respeita à duração do mandato dos ex-governantes, o mesmo revela que a maior parte (34,6%) permaneceu no governo por dois anos (tabela 3). Além disso, cerca de 26,3% ficaram apenas por um ano, e 21,8% ficaram por três anos, o que sugere uma variação considerável na duração dos mandatos. Apenas 7,3% dos ex-governantes serviram por quatro anos completos. 10,1% dos ex-governantes deixaram o cargo em menos de um ano, o que pode indicar casos de substituições, remodelações ministeriais ou outras circunstâncias políticas que resultaram em mudanças rápidas de pessoal. Ainda olhando para a análise de Costa Pinto e Tavares de Almeida, podemos perceber que os valores se assemelham aos apresentados em cima, com a prevalência da duração até aos dois anos de mandato (15,3 meses).

O mandato de um ministro não tem uma duração padrão e é influenciado por uma série de fatores, incluindo as instituições políticas e as dinâmicas internas do governo. A afinidade e a lealdade para com um primeiro-ministro, bem como a dinâmica no seio de coligações políticas, desempenham um papel crucial na determinação do tempo que um governante permanece no cargo. Governantes que mantêm relações fortes com os seus líderes e parceiros de coligação têm maior probabilidades de ter mandatos mais longos (Flores, 2009). Jäckle demonstra que, fatores agregados que descrevem o contexto político (institucional), tais como o tipo de governo (coligação), bem como a força parlamentar dos partidos do governo, influenciam o risco de rotatividade ministerial, enquanto a distância ideológica entre os parceiros da coligação não mostra um efeito significativo. Além disso, várias características individuais dos ministros são relevantes. Por exemplo, o enraizamento regional aumenta o período de permanência no cargo. Outras características

sociodemográficas, como o género ou a posse de um doutoramento, não têm qualquer efeito (Jäckle, 2010).

3.2. Ocupações Profissionais Pós-Governamentais

As ocupações profissionais de indivíduos que exerceram funções em cargos governamentais representam uma área de estudo importante para perceber as trajetórias dessas elites políticas. Após deixarem o governo, é comum que essas pessoas assumam papéis de destaque em diversos setores, como o público, o privado ou o internacional. As mudanças de percurso refletem tanto a pluralidade de competências adquiridas durante o desempenho das suas funções quanto a sua capacidade de se adaptar a novos contextos profissionais. Analisar estas transições permite uma compreensão mais aprofundada da mobilidade das elites políticas. Seja pela continuidade em cargos de liderança ou pela inserção em outros espaços profissionais, o impacto das suas experiências e decisões torna-se visível em diferentes dimensões da vida pública e privada.

Olhando de uma forma geral para as ocupações pós-governamentais, entre o primeiro ano e o terceiro, são reveladas algumas tendências interessantes. O setor público apresenta-se como o principal setor de ocupação, aumentando de 44,1% para 52%, enquanto a permanência no governo sofre uma redução significativa, de 24% para 15,1% (tabela 4). De referir que esta permanência no governo, tem a ver com o XXI Governo Constitucional, tendo em conta que existe uma continuidade de Governos do Partido Socialista até 2024.

Tabela 4– Ocupações Profissionais Pós-governamentais (XIX e XXI)

Ocupações Pós-Governamentais	Ano 1		Ano 3	
	N	%	N	%
Público	79	44.1%	93	52.0%
Governo	43	24.0%	27	15.1%
Privado	25	14.0%	28	15.6%
Internacional	9	5.0%	12	6.7%
Reforma/Falecimento	4	2.2%	4	2.2%
n/d ¹	19	10.6%	15	8.4%
Total	179	100%	179	100%

Legenda: O Ano 1 corresponde a um ponto de observação após um ano do término do mandato. O Ano 3 corresponde a três anos após o término do mandato

No primeiro ano, grande parte dos ex-governantes, 44,1% (79 indivíduos), desempenha funções no setor público, sendo a segunda categoria mais comum é a

¹ Dos 179 indivíduos, não foi possível encontrar a ocupação pós-governamental de 19 indivíduos no primeiro e 15 no terceiro, estando definidos na tabela como n/d, não disponível.

permanência em funções executivas, após a definição de um novo governo, representando 24% dos casos (43 indivíduos). Podemos perceber que, dos 43 indivíduos que se mantiveram no governo, cinco mudaram de área dentro do Governo, enquanto 38 se mantiveram na mesma área. Dos que mudaram, dois foram para as áreas de “Presidência, Assuntos Parlamentares, Adjunto do Primeiro-Ministro”, um para “Economia, Finanças”, um para “Emprego, Segurança Social” e um para “Outros”. Relativamente ao cargo, dos que permaneceram no governo, 4 mudaram, passando para ministro.

A terceira categoria em que os ex-governantes assumem funções, é o setor privado, com 14% (25 indivíduos), demonstrando uma transição bastante menor para esta área em comparação com o setor público. No contexto internacional, apenas 5% (9 indivíduos) dos ex-governantes exerce uma carreira fora do país, em organismos ou instituições internacionais e um pequeno número, 2,2% (4 indivíduos), reforma-se (ou morre), sendo um que se reforma e três que morrem após um ano de fim de funções.

Passando para o terceiro ano após o fim dos primeiros de Governos de Pedro Passos Coelho e António Costa, podemos verificar que, dos 179 ex-governantes, a maior parte (52,0%) encontra-se no setor público, o que representa mais de metade do total analisado. A segunda categoria mais comum é o setor privado, com 15,6% do total (28 indivíduos), uma percentagem que continua a ser significativamente bastante inferior à do setor público. A permanência em funções governamentais é o terceiro ocupação mais comum passados três anos, com uma mínima diferença com o setor privado, de 15,1% (27 indivíduos). Nas funções governativas, dos 25 que permaneceram, dois mudaram de funções, passando de secretário de Estado para o cargo de Ministro, e os restantes 23 mantiveram-se nas mesmas. Em termos de área, dos 27 governantes, quatro mudaram de área, passando dois para “Agricultura, Ambiente”, um para “Negócios Estrangeiros” e um para a “Saúde”. Os restantes 21 mantiveram-se na mesma área. Também destes casos analisados, dois voltaram para funções governativas, José Luís Carneiro e Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches, para Ministro e Secretário de Estado, respetivamente. Voltando às ocupações pós-governamentais, em quarto, 6,7% (12 indivíduos) encontra-se as organizações internacionais e, em último lugar, a reforma/falecimento, com 2,2% (4 indivíduos) (1 – reforma; 3 – morte).

Nesta análise, é interessante notar que o setor público tem uma maior preponderância do que qualquer setor, principalmente com o privado, o que poderá ser explicado pela experiência acumulada, contactos estabelecidos e a própria natureza da função ministerial. Nesta linha de pensamento, fazendo uma ligação entre o recrutamento e os dados apresentados acima, em Portugal, como António Costa Pinto e Tavares de Almeida (2002) já tinham revelado, um grande número de governantes, acima dos 50%,

provém do setor público, o que pode sustentar estes números no setor Público, apesar do seu objeto de estudo ter sido entre 1851 e 1999.

Já em linha com as ocupações pós-governamentais, em Portugal, também Costa Pinto e Tavares de Almeida concluíram que a mobilidade de ex-ministros políticos para o setor público e para as empresas privadas, especialmente para o setor bancário é, sendo um padrão comum das carreiras pós-ministeriais dos políticos tornarem-se conselheiros ou membros do conselho de administração de bancos e grupos empresariais. (Costa Pinto e Tavares de Almeida, 2018), algo que não se verifica nos dados apresentados. Em linha com os nossos dados, na Alemanha, ministros regionais preferem progredir para funções nacionais em vez de procurar oportunidades dentro das instituições europeias (Stolz e Fischer, 2014). Esta preferência reflete um desejo de autoridade e influência contínuas no panorama político nacional, sugerindo que as circunstâncias de saída dos ministros moldam significativamente as suas trajetórias de carreira. Aqueles que abandonam cargos ministeriais em condições favoráveis têm maior probabilidade de assegurar cargos de prestígio, indicando que o capital político desempenha um papel crucial nas decisões pós-mandato (Verd, Barranco, & Bolívar, 2019). Também Jäckle (2003) refere que os ministros regionais alemães permanecem predominantemente na política a nível estatal ou transitam para o setor privado, sendo a política federal uma via menos comum. No entanto, na Dinamarca, mais de 60% dos ministros e secretários permanentes acabam por passar para empregos no setor privado, muitas vezes a níveis superiores (Rasmussen et al., 2021). Também na Noruega, os cargos de conselheiro ministerial servem de trampolim para carreiras fora da política, com a maioria a experimentar mudanças entre setores e mobilidade ascendente (Askim et al., 2020). Por fim, em Portugal, a análise dos executivos durante a crise da dívida soberana revela que, embora tais crises possam limitar a autonomia ministerial, oferecem simultaneamente oportunidades para os ministros consolidarem o poder e estabelecerem relações com atores internacionais (Moury e Standring, 2017). Consequência disso, muitos ministros transitam para funções em organizações ou consultorias internacionais, com o objetivo de aproveitar as suas experiências e redes desenvolvidas durante o seu mandato político.

3.2.1 Ocupações Profissionais Pós-Governamentais na Categoria Público

Olhando agora particularmente para o subsetor Público, entre o primeiro e o terceiro ano, apesar de existirem algumas oscilações entre os dois anos, não há uma relevância acentuada para determinar um tipo de tendência (tabela 5).

No primeiro ano, a subcategoria mais representativa é a da Assembleia da República, que abrange 17,9% dos casos (32 indivíduos), seguindo-se das Instituições de Ensino Básico e Superior, com 14% dos casos (25 indivíduos). A Administração Pública é a terceira

ocupação, em que 8,9% dos ex-governantes (16 indivíduos) assumem funções, um valor que indica uma continuidade na esfera pública fora dos órgãos políticos. Tanto o Setor Empresarial do Estado, como outros, são ocupações menos frequentes, cada um com 1,7% dos casos (3 indivíduos).

Tabela 5 – Ocupações Profissionais Pós-governamentais na Categoria Público

Categoria: Público	Ano 1		Ano 3	
	N	%	N	%
Assembleia da República	32	17.9%	37	20.7%
Instituições de Ensino Básico/Superior	25	14.0%	30	16.8%
Administração Pública	16	8.9%	19	10.6%
Setor Empresarial do Estado	3	1.7%	4	2.2%
Outros ²	3	1.7%	3	1.7%
Total	179	100%	179	100%

No terceiro ano, das 93 unidades de observação, a maioria dos ex-governantes, 20,7% (37 indivíduos), assumem funções na Assembleia da República, o que sugere uma forte continuidade de ligação à esfera política, quer através de cargos eletivos ou outras funções diretamente associadas ao poder político. As instituições de ensino básica e superior, com 16,8% (30 indivíduos), representam a segunda ocupação mais frequente, refletindo a relevância do meio académico. A administração pública, com 10,6% (19 indivíduos), destaca-se como um espaço relevante para a integração das carreiras, permitindo aos ex-governantes ocuparem posições técnicas ou de gestão, mantendo uma ligação direta à estrutura do Estado. O setor empresarial do Estado, com apenas 2,2% (4 indivíduos), revela um número limitado de ex-governantes envolvidos.

Conseguimos perceber que existe uma tendência de forte presença de ex-governantes na Assembleia da República e no ensino, enquanto outras áreas, como a administração pública e o setor empresarial do Estado, são menos significativas, refletindo escolhas de carreira alinhadas com o capital político ou técnico acumulado durante a experiência governativa. Como Blondel referiu, a passagem para o Parlamento tem vantagens manifestas, dando aos ex-ministros a oportunidade de esperar por uma nova chamada para o governo. Um lugar no parlamento significa que os laços com a vida política não estão totalmente cortados: os deputados podem esperar manter ligações com os ministros e, assim, exercer alguma influência sobre a ação governamental (Blondel, 1991). Também na Europa, os ministros transitam frequentemente para funções no setor público. Uma razão significativa é o domínio histórico e institucional do Estado nos países europeus,

² Esta subcategoria agrega áreas relacionadas com Agências, Fundações e Associações

o que muitas vezes facilita a integração de antigos ministros em funções na administração pública ou em organizações quase governamentais. A experiência que os ministros ganham em governação dota-os com conhecimentos especializados e redes que são diretamente aplicáveis no setor público, tornando esta transição uma progressão natural (Vittori et al., 2023). A restrição legal e ética também influencia significativamente as trajetórias profissionais dos ministros, desencorajando frequentemente as transições para o setor privado e favorecendo as funções no domínio público. Em vários países europeus, regras e normas rigorosas regem as carreiras pós-mandato para evitar conflitos de interesses e garantir a confiança do público. Por exemplo, França impõe restrições a práticas como a *pantouflage* (a passagem para o setor privado), que são moldadas por considerações éticas e origens administrativas. Estes limites restringem as mudanças de carreira para o setor privado e refletem a proeminência do *ethos* do serviço público nas trajetórias pós-mandato (Sawicki e Mathiot, 1999). Em Portugal, tais práticas são denominadas de “período de nojo”, em que os políticos não podem exercer funções em empresas da área que tutelou, algo que também pode explicar em si os resultados (cf. [Marcelo promulga aumento do "período de nojo" para políticos](#)). Embora os incentivos financeiros e o potencial para empregos lucrativos no setor privado sejam fatores inegáveis que influenciam as escolhas de carreira pós-ministerial, o apelo persistente do serviço público sugere que outras motivações desempenham um papel crucial (Baturo, 2017; Palmer e Schneer, 2016). O desejo de manter a influência, contribuir para as políticas públicas e aproveitar a experiência e as redes dentro da esfera pública são provavelmente motivos significativos (Baturo, 2016). Além disso, a motivação no serviço público e fatores extrínsecos como a segurança no emprego e o rendimento impulsionam a preferência de emprego no setor público (Van de Walle, Steijn e Jilke, 2015).

3.2.2. Ocupações Profissionais Pós-Governamentais na Categoria Privado

Embora o setor privado seja uma ocupação menos comum do que o setor público para ex-governantes, com apenas uma fração dos indivíduos, 14% no primeiro ano (25 indivíduos) e 15.6% no terceiro ano (28 indivíduos) a desempenhar funções em carreiras neste setor, a sua análise é importante de forma a identificar que subsectores do privado são mais importantes. De uma forma geral, e tal como a análise aos subsectores Público, não existe nenhuma demonstração de uma tendência, com alterações muito subtis entre os anos analisados (tabela 6).

Tabela 6 – Ocupações Profissionais Pós-governamentais na Categoria Privado

Categoria: Privado	Ano 1		Ano 3	
	N	%	N	%
Advocacia/Consultoria	8	4.5%	11	6.1%
Bancário e Financeiro	7	3.9%	7	3.9%
Industrial	4	2.2%	4	2.2%
Outros	4	2.2%	4	2.2%
Instituições de Ensino Superior	2	1.1%	2	1.1%
Total	179	100%	179	100%

Olhando para o primeiro ano, o subsetor mais representado é o da Advocacia/Consultoria, com 4,5% dos casos totais, seguindo de Bancário e Financeiro (3,9%). A subcategoria Industrial e Outros têm cada uma 2,2% dos ex-governantes (4 indivíduos em cada), enquanto as Instituições de Ensino Superior 1,1%. Já no terceiro ano, não existiram grande alteração no posicionamento de cada subsetor, sendo o de Advocacia/Consultoria a ser reforçado de 4,5% para 6,1%, mantendo-se os outros subsetores com os mesmos valores. Os valores baixos eram expectáveis, visto que os números de ex-governantes no setor privado já eram bastante inferiores aos do setor público.

Se olharmos a nível europeu, e até mesmo para um caso português, os resultados são bastante distintos dos nossos. Por exemplo, na Irlanda, cerca de um terço dos ex-políticos entra no setor privado, com 11% a dedicar-se especificamente à consultoria, *lobbying* ou participação em conselhos de administração de empresas (Baturó e Arlow, 2021). Na Dinamarca, mais de um terço dos governantes acabam num emprego privado no mesmo ano ou no ano seguinte da cessação do cargo (Rasmussen et al. 2021). Já no caso português, Costa Pinto e Tavares de Almeida referem que, entre os anos 1976 e 2015, 29% dos governantes foram para empresas privadas, enquanto 12% para bancos privados. Como já referido, tornou-se um padrão comum das carreiras pós-ministeriais dos políticos tornarem-se conselheiros ou membros da direção de bancos e grupos empresariais Costa Pinto e Tavares de Almeida (2018). No entanto, os nossos dados demonstram que os valores não chegam perto aos apresentados, o que pode ser justificado pela temporalidade da nossa análise, que não tem um alcance tão grande, de 41 anos, e também pelo facto de termos feito uma análise com base no cargo principal, que pode deixar algumas carreiras no setor privado de fora.

3.2.3. Ocupações Profissionais Pós-Governamentais na Categoria Internacional

Por fim, no que respeita aos subsetores, no Internacional, não existe uma grande discrepância entre o primeiro ano e o terceiro, sendo que as alterações são muito pouco expressivas. Além disso, a própria amostra nesta categoria é muito diminuta, com apenas 5% (9 indivíduos) no primeiro ano e 6.7% (12 indivíduos) no terceiro ano, no total do número de casos. Na subcategoria de Organizações Internacionais, a mesma regista uma diferença entre o primeiro ano e o terceiro, aumentando de 2,2% (4 indivíduos) para 2,8% (5 indivíduos), um crescimento irrelevante na presença neste subsetor. O mesmo acontece no subsetor das Instituições Públicas e Universidades Estrangeiras (IPUEs), que tem um aumento ligeiro de 3,4% (6 indivíduos) para 3,9% (7 indivíduos), indicando também um aumento irrelevante, entre o primeiro ano e o terceiro, respetivamente (tabela 19 em anexo).

Esta distribuição pode refletir um número limitado de posições abertas nas organizações internacionais e nas instituições políticas da União Europeia para ex-governantes, o que, em certo sentido, poderia indicar uma maior concorrência ou a necessidade de competências especializadas para ingressar neste tipo de cargos. A escassez de ex-governantes nestas esferas também pode estar relacionada com a natureza dos cargos e com a exigência de um perfil técnico e muito específico. Estes dados não são caso isolado em Portugal. Na Alemanha, 1,3% dos ex-ministros regionais assumem posições em IPUE (Stolz e Fisher, 2014). Segundo Lehne, uma das principais razões é a centralização da tomada de decisões em matéria de política externa na UE. O Conselho Europeu, composto por chefes de Estado e de Governo e não por ministros dos Negócios Estrangeiros, tornou-se o principal órgão de decisão em matéria de relações externas. Esta mudança diminuiu a influência dos ministros na política externa, reduzindo potencialmente o seu apelo para papéis em organizações internacionais. Esta tendência levou a preocupações sobre a coerência e a ambição nos assuntos externos da UE (Lehne, 2015).

3.2.4. Senioridade das Ocupações Profissionais Pós-Governamentais

Além da análise dos subsetores, a senioridade dos cargos ocupados pelos ex-governantes é de extrema importância, já que revela o impacto e a influência dos ex-governantes, destacando sua capacidade de mobilizar competências e redes. Essa análise ajuda a perceber a valorização do capital político e as dinâmicas entre setores, apesar de não ser o objeto do estudo. No caso desta análise, a mesma apresenta uma estabilidade geral entre os anos analisados, com maior destaque para o crescimento da média senioridade, que pode refletir um fortalecimento na ocupação de posições intermediárias em detrimento das posições mais altas (tabela 7). Já o nível de baixa senioridade permanece estável com

2,2% (4 indivíduos) em ambos os períodos. Essa distribuição sugere que a maioria dos ex-governantes ocuparam posições de responsabilidade intermédia, refletindo um exercício em cargos com certa autonomia, mas que ainda exigem um acompanhamento ou supervisão de níveis mais elevados. Quanto às posições de baixa senioridade, os casos são de ex-governantes que voltaram às funções anteriores, como, a título de exemplo, os casos de José Leite Martins, que voltou para as funções de Inspetor-geral das Finanças, ou de Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches, que voltou para a carreira da inspeção-geral, neste caso para a da Inspeção-Geral da Defesa Nacional. Em relação ao número de ex-governantes em cargos de alta senioridade, pode-se argumentar que esse número relativamente baixo, apesar de indicar a manutenção de um *status* elevado para alguns, também sugere que os ex-governantes não estão necessariamente a ir diretamente para posições de topo do setor privado ou público. Isso pode estar relacionado com a especialização de cargos de alta senioridade que exigem experiência ou competências específicas.

Tabela 7 – Senioridade das Ocupações Profissionais Pós-Governamentais

Senioridade Cargos	Ano 1		Ano 3	
	N	%	N	%
Baixa	4	2.2%	4	2.2%
Média	114	63.7%	119	66.5%
Alta	38	21.2%	37	20.7%
Total	179	100%	179	100%

Globalmente, os dados que apresentámos não se refletem a nível internacional. A tendência aponta para percursos de carreira de alta senioridade para antigos governantes, moldados pela experiência, influência e redes. Estas funções incluem, geralmente, cargos de liderança ou de consultoria em empresas privadas, organismos internacionais ou administração pública de alto nível. Na Dinamarca, as carreiras pós-ministeriais envolvem geralmente funções de elevada senioridade, particularmente no setor privado e na governação pública. No caso do setor privado, a percentagem chega a ser de 50%. Esta tendência realça a forte procura pelos conhecimentos e redes que trazem dos cargos públicos (Rasmussen et al., 2021). Também os secretários de estado, precursores de funções ministeriais, tendem também a transitar para cargos mais elevados fora da política. O conhecimento interno e redes estratégicas aumentam o valor de mercado, levando-os a cargos de topo ou influentes em vários setores (Askim et al., 2020).

Em jeito de remate para o fecho deste capítulo, conseguimos perceber que, da análise realizada nos Governos Constitucionais XIX e XXI, os governantes assumem funções sobretudo no setor público e assumem funções de média senioridade. No que diz respeito ao desempenho de funções no setor público, os padrões históricos de recrutamento nas

As Ocupações Pós-Governativas dos Ministros e Secretários de Estado em Portugal

elites administrativas portuguesas mostram continuidade no envolvimento do setor público, particularmente em funções que exigem conhecimentos jurídicos e administrativos. Isto está em linha com a conclusão de que as funções do setor público continuam a ser uma ocupação de destaque para os antigos governantes, refletindo tanto a tradição como a estrutura da governação portuguesa (Nogueira, 2009).

Capítulo 4

Este capítulo tem como objetivo aprofundar a análise das ocupações profissionais dos ex-governantes através de uma abordagem bivariada, considerando múltiplas variáveis de natureza sociodemográfica e profissional.

4.1. Género

Começando pelo cruzamento do género com o setor pós-governamental, em ambos os anos, de forma proporcional, femininas mulheres destacam-se nos setores governo e público, enquanto os homens no setor privado (tabela 8). O setor público é consistentemente a ocupação mais comum para ambos os géneros, enquanto o setor privado apresenta uma maior disparidade, sendo expressivamente menos representado entre as mulheres. Aliás, no primeiro ano, a representatividade dos homens chega a ser superior em 12,2%, em relação às mulheres.

Tabela 8 – Género e as Ocupações Profissionais Pós-governamentais

Ocupações Pós-Governamentais	Género							
	Ano 1				Ano 3			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Governo	27	19.9%	16	37.2%	16	11.8%	11	25.6%
Público	57	41.9%	22	51.2%	69	50.7%	24	55.8%
Privado	23	16.9%	2	4.7%	25	18.4%	3	7.0%
Internacional	8	5.9%	1	2.3%	9	6.6%	3	7.0%
Reforma/Falecimento	4	2.9%	0	0.0%	4	2.9%	0	0.0%
n/d	17	12.5%	2	4.7%	13	9.6%	2	4.7%
Total	136	100.0%	43	100.0%	136	100.0%	43	100.0%

No primeiro ano, o setor público é o principal setor de ocupação tanto para homens quanto para mulheres. Entre os homens, 41,9% ex-governantes assumem cargos neste setor, enquanto entre as mulheres esse número é 51,2%. O setor governamental é o segundo mais ocupado para ambos os géneros, com 19,9% para os homens e 37,2% para as mulheres. O setor privado surge também como terceira ocupação mais comum para ambos os géneros, com 16,9% e 4,7% para homens e mulheres, respetivamente. De seguida, também para ambos os géneros, está o setor internacional, com 5,9% para homens e 2,3% para mulheres. No que diz respeito à reforma ou falecimento, só há representação masculina (tabela 8). Passando para o terceiro ano, em termos de posição de cada setor, os resultados mantêm-

se similares ao do primeiro ano. O setor público continua a ser a principal ocupação tanto para homens quanto para mulheres, com 50,7% e 55,8% respetivamente. O setor governamental detém 11,8% e 25,6% de homens e mulheres, enquanto o setor privado tem 18,4% e 7%, respetivamente. O setor internacional tem um aumento ligeiro para ambos os géneros, passando a 6,6% para os homens e 7% para as mulheres. A reforma ou falecimento continua só a ter representação.

Tabela 9 – Género e as Ocupações Profissionais Pós-Governamentais na Categoria Público

Categoria: Público	Género							
	Ano 1				Ano 3			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Assembleia da República	20	35.1%	12	54.5%	25	36.2%	12	50.0%
Administração Pública	13	22.8%	3	13.6%	15	21.7%	4	16.7%
Setor Empresarial do Estado	3	5.3%	0	0.0%	4	5.8%	0	0.0%
Outros	3	5.3%	0	0.0%	3	4.3%	0	0.0%
Instituições de Ensino Básico/Superior	18	31.6%	7	31.8%	22	31.9%	8	33.3%
Total	57	100.0%	22	100.0%	69	100.0%	24	100.0%

Focando nos subsectores de cada um dos setores, e neste caso começando pelo Público, podemos ver que ambos os géneros têm como principal ocupação a Assembleia da República, em ambos os anos, seguido das Instituições de Ensino Básico/Superior (tabela 9). Dividindo a análise pelos dois anos, no primeiro ano, os homens assumem cargos na Assembleia da República, com 35,1%, seguido das Instituições de Ensino Básico/Superior, com 31,6%, Administração Pública com 22,8% e o Setor Empresarial do Estado e Outros com a mesma percentagem, 5,3%. No caso das mulheres, o posicionamento mantém-se igual, com a Assembleia da República com 54,5% das mulheres, Instituições de Ensino Básico/ Superior com 31,8%, Administração Pública com 13,6% e Setor Empresarial do Estado e Outros sem qualquer tipo de ocupação.

Já no terceiro ano, em ambos os casos, não existiram grandes alterações. No caso dos homens, segue-se Assembleia da República em primeiro lugar, com 36,2%, seguido da Instituições de Ensino Básico/Superior, Administração Pública, com 31,9% e 21,7% respetivamente. Setor Empresarial do Estado e Outros têm 5,8% e 4,3% de representação. Por fim, nas mulheres, a Assembleia da República continua a estar em primeiro lugar, com 50%, seguido da Instituições de Ensino Básico/Superior (33,3%). A Administração Pública tem 33,3%, seguido do Setor Empresarial do Estado e Outros, sem qualquer representação. (tabela 9)

Tabela 10 – Género e as Ocupações Profissionais Pós-Governamentais na Categoria Privado

Categoria: Privado	Género							
	Ano 1				Ano 3			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Instituições de Ensino Superior	2	8.7%	0	0.0%	2	8.0%	0	0.0%
Bancário e Financeiro	5	21.7%	2	100.0%	5	20.0%	2	66.7%
Advocacia/Consultoria	8	34.8%	0	0.0%	11	44.0%	0	0.0%
Industrial	4	17.4%	0	0.0%	4	16.0%	0	0.0%
Outros	4	17.4%	0	0.0%	3	12.0%	1	33.3%
Total	23	100.0%	2	100.0%	25	100.0%	3	100.0%

Quanto ao subsector privado, e como percebido antes, há uma maior predominância de homens em todos os subsectores, que é explicado pela quantidade maior desse género nos governos analisados. No primeiro ano, os homens ocupam posições de advocacia/consultoria (34,8%), seguido de Bancário e Financeiro (21,7%) e Industrial e Outros, com o mesmo valor em ambos (17,4%). Já no caso das mulheres, a representação passa só pelo Bancário e Financeiro, sendo neste caso a de Isabel Castelo Branco, como CEO do BPI Vida e Pensões, e de Ana Rita Barosa, como *Advisor to the Board* do antigo BES. No terceiro ano, no caso dos homens, existem algumas alterações, mas de uma forma geral o posicionamento mantém-se igual, com distribuição a alterar em alguns subsectores. Exemplo disso é o de advocacia/consultoria, que tem um aumento no terceiro ano, e uma redução do subsector outros. No caso das mulheres, há a inclusão de mais uma ex-governante, que neste caso é no subsector outros, com a ex-ministra da Cultura, Graça Fonseca a assumir um cargo como *Co-Founder* e *CEO* da Because Impacts. (tabela 10).

Ainda nos subsectores, mas nesta situação do subsector internacional, como podemos ver na tabela 20 em anexo, os homens, no primeiro ano, estão divididos entre as Organizações Internacionais e as Instituições Políticas da União Europeia, com 50% em cada um dos subsectores. Já as mulheres, e neste caso só uma, está no subsector das Instituições Políticas da União Europeia. No terceiro homem, em ambos os casos já há alguma diversificação, com os homens a estarem mais concentrados em IPUEs (55,6%), seguido das OIs (44,4%). Já no terceiro ano, IPUEs mantêm-se em primeiro, com 66,7% seguido das OIs (33,3%), que tem um elemento novo, sendo neste caso Teresa Ribeiro, antiga Secretária de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, que assumiu um cargo como Representante para a Liberdade dos Media da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE).

Por fim, e analisando a variável género com a senioridade dos cargos ocupados, entre os dois períodos, podemos perceber que não existe uma grande disparidade entre os períodos analisados. No caso dos homens, no primeiro ano, a média senioridade é a senioridade mais dominante, com mais de dois terços (71,3%), seguido de cargos de alta e baixa senioridade (25,2%). A baixa senioridade está representado com 3,5%, em que agrega Francisco José Viegas (Autor e Escritor Livros), José Leite Martins (Inspetor-Geral de Finanças), Manuel Delgado (Consultor IQVIA) e Nelson de Souza (Assessor DG Atividades Económicas). Já as mulheres, apesar de a divisão ser muito similar, com os cargos de média senioridade a prevalecer com valores muito aproximados (78%), a outra categoria que existe é a de alta senioridade (22%), não existindo qualquer presença de mulheres em cargos de baixa senioridade. Olhando para o terceiro ano, os valores de ambos os géneros são muito idênticos, com pequenas alterações no caso das mulheres, que estão mais concentradas em cargos de média senioridade (82,9%), em detrimento dos de alta senioridade (17,1%). cargos de média senioridade é o mais dominante, tanto para homens quanto para mulheres, em ambos os anos. Além disso, entre os dois anos não há mudanças na ausência de mulheres em posições de baixa senioridade, enquanto os homens, embora em menor número, continuam a ocupar alguns desses cargos (tabela 11). Isto demonstra que as mulheres permanecem concentradas em cargos intermediários e enfrentam maior dificuldade em alcançar posições de alta senioridade ao longo do tempo, enquanto os homens mantêm uma presença mais diversificada em diferentes níveis de senioridade.

Tabela 11 – Género e a Senioridade das Ocupações Profissionais Pós-governamentais

Senioridade Ocupações Pós-Governamentais	Género							
	Ano 1				Ano 3			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Baixa	4	3.5%	0	0.0%	4	3.4%	0	0.0%
Média	82	71.3%	32	78.0%	85	71.4%	34	82.9%
Alta	29	25.2%	9	22.0%	30	25.2%	7	17.1%
Total	115	100.0%	41	100.0%	119	100.0%	41	100.0%

Os níveis de senioridade que os homens e as mulheres nos governos políticos assumem nas ocupações pós-governamentais refletem frequentemente diferenças de género nas trajetórias de carreira e no acesso aos recursos. Os homens ascendem frequentemente a posições de elevada senioridade, sobretudo nos setores privado e internacional. O acesso a redes políticas mais amplas e a níveis mais elevados de capital político posiciona-os, de forma vantajosa, para funções com autoridade e influência substanciais (Claveria e Verge, 2015). Já as mulheres, por outro lado, tendem a assumir

funções de nível médio a inferior. Esta disparidade surge devido ao acesso limitado às redes de elite e às barreiras estruturais, tais como práticas de recrutamento tendenciosas de género. Mesmo em democracias politicamente avançadas, as trajetórias profissionais das mulheres após o cargo executivo envolvem frequentemente funções em setores menos prestigiados ou aquelas percebidas como extensões do serviço social ou da defesa de direitos (Claveria, 2014).

4.2. Grupo Etário

Passando agora para a análise do grupo etário com a ocupação pós-governamental entre os dois momentos do estudo, no geral, podemos ver que há uma maior concentração dos ex-governantes nos grupos etários 41-50 e 51-60, representando mais de dois terços do valor total. Olhando para cada grupo etário, faz sentido olhar para os três mais representados, neste caso o de 41-50, 51-60 e acima de 61. No primeiro momento, no de 41-50, ex-governantes neste intervalo de idades concentra-se mais em funções no setor público (35,5%), seguindo do governo (33,9%) e privado (14,5%). Entre os 51-60, os valores são bastante diferentes no que respeita ao público (53,7%) e governo (16,4%), com o privado (14,9%) a ter um valor bastante similar ao grupo analisado anteriormente. Já acima de 61 anos, existe um empate entre público (29%) e governo (29%), mas a posição entre as três principais categorias é igual aos grupos etários anteriores. Olhando agora para o terceiro ano, apesar da organização entre as três principais categorias manter-se inalteradas, existem alterações que importa assinalar. Entre os 41-50, há um aumento nas categorias público (43,5%) e privado (17,7%) face ao governo (22,6%). A mesma coisa acontece entre os 51-60, apesar de ser muito subtil. Acima dos 61 anos existe um grande aumento no público (41,9%) e uma grande redução no governo (16,1%). O privado mantém-se inalterado (tabela 12).

Estas alterações entre os dois anos podem ser explicadas pela redução do número de governantes em funções entre os dois momentos, existindo um foco claro na categoria público. Algo também é necessário assinalar, que é o facto de no grupo etário acima dos 61. Enquanto nos grupos etários anteriores houve um aumento, apesar de pouco significativo, no privado, neste grupo etário não houve nenhuma alteração, o que indica que de facto nesta idade o foco já não é tanto a carreira no privado, mas uma transição no pública para a reforma.

Os resultados demonstram uma clara ocupação no setor público em todos os grupos etários, o que pode ser explicado pela estabilidade e segurança associadas a este setor. No entanto, se olharmos para a literatura, tal não acontece com governantes mais jovens (na casa dos 30 ou 40 anos) com maior probabilidade de exercer outros cargos políticos ou

cargos académicos, aproveitando a fase relativamente inicial na vida profissional para a construção contínua de competências ou o envolvimento em estruturas de governação onde podem capitalizar a sua experiência política (Donohue, 2016). Já ministros de meia-idade (normalmente na casa dos 40 aos 50 anos) são frequentemente encontrados em transição para o setor privado. As redes, experiência e capital de reputação fazem deles candidatos atraentes para a liderança corporativa, funções de consultoria ou cargos de consultoria (Jäckle, 2023), algo que não acontece no caso português.

Já no que respeita ao grupo etário e senioridade, os cargos de média senioridade continuam a ser predominantes em todos os grupos etários. Entre os dois anos, a variação é quase nula, como se pode observar na tabela 21 em anexo. Como na tabela anterior, também nos vamos cingir aos grupos etários analisados anteriormente. No primeiro ano, daquilo que podemos ver, dos 41-50, há uma predominância pelos cargos de média senioridade (69%), seguido dos de alta (31%). Entre os 51-61, o mesmo se verifica, mas com mais ex-governantes em cargos de média senioridade (76,3%). Já acima de 61 anos, os valores se mantêm pouco inalterados em relação aos grupos etários anteriores, com 72,7% para os de média, 22,7% alta e 4,5% para os de baixa senioridade. Verificando o terceiro ano, as alterações são muito reduzidas, existindo só uma alteração maior acima dos 61 anos de idade, em que os cargos de baixa senioridade passaram de 4,5% para 8,3%.

As Ocupações Pós-Governativas dos Ministros e Secretários de Estado em Portugal

Tabela 12 – Grupo Etário e as Ocupações Profissionais Pós-Governamentais

Ocupações Pós-Governamentais	Grupo Etário ³																			
	Ano 1										Ano 3									
	< 34		35-40		41-50		51-60		> 61		< 34		35-40		41-50		51-60		> 61	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Governo	1	100.0%	1	7.1%	21	33.9%	11	16.4%	9	29.0%	0	0.0%	1	7.1%	14	22.6%	7	10.4%	5	16.1%
Público	0	0.0%	10	71.4%	22	35.5%	36	53.7%	9	29.0%	1	100.0%	9	64.3%	27	43.5%	40	59.7%	13	41.9%
Privado	0	0.0%	3	21.4%	9	14.5%	10	14.9%	3	9.7%	0	0.0%	3	21.4%	11	17.7%	11	16.4%	3	9.7%
Internacional	0	0.0%	0	0.0%	6	9.7%	2	3.0%	1	3.2%	0	0.0%	0	0.0%	6	9.7%	3	4.5%	3	9.7%
Reforma/Falecimento	0	0.0%	0	0.0%	1	1.6%	1	1.5%	2	6.5%	0	0.0%	0	0.0%	1	1.6%	1	1.5%	2	6.5%
n/d	0	0.0%	0	0.0%	3	4.8%	7	10.4%	7	22.6%	0	0.0%	1	7.1%	3	4.8%	5	7.5%	5	16.1%
Total	1	100.0%	14	100.0%	62	100.0%	67	100.0%	31	100.0%	1	100.0%	14	100.0%	62	100.0%	67	100.0%	31	100.0%

³ Dar nota que, em cada ano, não foi possível encontrar a data de nascimento de quatro governantes

4.3. Pastas Ministeriais

Passando para a análise entre a pasta ministerial ocupada e o setor assumido, observando as tabelas 18 e 19, podemos perceber que há pequenas alterações entre os dois anos. Antes de passarmos à análise, iremos só cingir à análise das cinco maiores pastas ministeriais, de forma a sermos mais concisos e concretos na análise. Começando pelo primeiro ano (tabela 13), especificamente na pasta Economia e Finanças, podemos observar que os ex-governantes tendem a ocupar o setor público (44,4%), o dobro da segunda ocupação, a permanência no governo (22,2%), e o privado (19,4%). Na pasta da Agricultura e Ambiente, o cenário não é diferente, com o Público também (55,6%) a ser o principal setor, seguido do governo (16,7%) e setor privado (11,1%). Na Educação, Ensino Universitário e Ciência, o posicionamento também se mantém igual ao das pastas anteriores, bem como na Administração Interna, Defesa e Justiça. Só as pastas ministeriais Primeiro-Ministro, Presidência, Assuntos Parlamentares e Adjunto do Primeiro-Ministro é que têm um padrão diferente, com o Público a continuar a ser a ocupação principal (48,1%), mas desta vez seguida do Privado (25,9%) e Governo (18,5%). Quanto ao terceiro ano, podemos observar que existiram algumas alterações, fruto da redução do número de ex-governantes no Governo (tabela 14). Nas cinco pastas ministeriais analisadas, o setor público continua a ser o setor principal como ocupação. Em Economia e Finanças, há uma redução tanto no público (42,9%) e governo (17,1%), que leva o setor privado a melhor a sua posição (25,7%). Em Agricultura e Ambiente, há um reforço do público (63,2%), que se justifica pela redução no setor governo, que leva a que outros setores ganhem com a distribuição de ex-governantes. Quanto à Educação, Ensino Universitário e Ciência, podemos observar que há um esvaziamento no setor governamental (12,5%), que leva a um forte aumento no setor público (75,0%). Na pasta de Primeiro-Ministro, Presidência, Assuntos Parlamentares e Adjunto do Primeiro-Ministro, os valores estão quase inalterados em todos os setores. Quanto à Administração Interna, Defesa e Justiça, há pequenas oscilações, com uma redução do setor governamental (17,4%) e privado (8,7%), reforçando o setor público (65,2%).

Alguns dos governantes que passaram pela pasta de Economia e Finanças aquela que tem maior número de ex-governantes, assumem funções em instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou o Banco Mundial, aproveitando os conhecimentos políticos (Claveria & Verge, 2015), algo que, mais uma vez não se verifica em Portugal, tendo em conta os dados apresentados. Goetz & Wollmann também referem que governantes com vasta experiência em relações externas, governação económica ou pastas de reformas transitam frequentemente para organizações

internacionais, tendo em conta que os prepara para funções em instituições como a União Europeia, Nações Unidas ou organizações financeiras internacionais. (Goetz & Wollmann, 2001). Outros assumem funções no setor privado, incluindo consultoria e cargos executivos em instituições bancárias e financeiras. (Semenova, 2020).

Relativamente à pasta ministerial e senioridade (tabelas 22 e 23 em anexo), tanto no primeiro como no terceiro ano, e, mais uma vez, nas cinco pastas ministeriais observadas, a predominância de cargos de média senioridade é uma constante, com algumas pastas a ter valores expressivamente maiores que outras. No primeiro ano, a pasta de Economia e Finanças, das observadas, é aquela que tem uma maior variação entre as três categorias de senioridade, com a média senioridade (57,1%) a prevalecer à alta (37,1%) e baixa (5,7%). Aliás, é nesta pasta que observamos um número maior de cargos de alta senioridade e de baixa senioridade. Em Agricultura e Ambiente, os cargos de média senioridade são bastante mais expressivos que os de alta, com 87,5% e 12,5% respetivamente. Em Educação, Ensino Universitário e Ciência, Primeiro-Ministro, Presidência, Assuntos Parlamentares e Adjunto do Primeiro-Ministro e Administração Interna, Defesa e Justiça, o mesmo verifica-se, com os cargos de média senioridade acima de 70% do valor total. Já no terceiro ano, não existem muitas alterações, com a mais expressiva a verificar-se em Administração Interna, Defesa e Justiça. Os cargos de média senioridade reduzem para 55,6%, distribuindo-se mais pelas outras senioridades, com a alta a ter 38,9% e baixa senioridade 5,6%.

As Ocupações Pós-Governativas dos Ministros e Secretários de Estado em Portugal

Tabela 13 – Pastas Ministeriais e as Ocupações Profissionais Pós-governamentais (Ano 1)⁴

Ocupações Pós-Governamentais	Pastas Ministeriais																			
	Ano 1																			
	Economia, Finanças		Agricultura, Ambiente		Educação, Ensino Universitário, Ciência		Obras Públicas, Transportes e Comunicações		Emprego, Segurança Social		PM, Presidência, Assuntos Parlamentares, Adjunto do PM		Negócios Estrangeiros		Administração Interna, Defesa e Justiça		Saúde		Cultura e Outros	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Governo	8	22,2%	3	16,7%	6	42,9%	6	75,0%	3	33,3%	5	18,5%	4	33,3%	5	21,7%	1	12,5%	2	40,0%
Público	16	44,4%	10	55,6%	6	42,9%	1	12,5%	5	55,6%	13	48,1%	6	50,0%	13	56,5%	6	75,0%	3	60,0%
Privado	7	19,4%	2	11,1%	2	14,3%	0	0,0%	1	11,1%	7	25,9%	2	16,7%	3	13,0%	1	12,5%	0	0,0%
Internacional	4	11,1%	1	5,6%	0	0,0%	1	12,5%	0	0,0%	2	7,4%	0	0,0%	1	4,3%	0	0,0%	0	0,0%
Reforma/Falecimento	1	2,8%	2	11,1%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	4,3%	0	0,0%	0	0,0%
Total	36	100,0%	18	100,0%	14	100,0%	8	100,0%	9	100,0%	27	100,0%	12	100,0%	23	100,0%	8	100,0%	5	100,0%

⁴ Na tabela 18 e 19, foram suprimidas algumas áreas de atuação, fundindo com outras. A de Primeiro-Ministro foi fundida com a da Presidência, Assuntos Parlamentares e Adjunto do Primeiro-Ministro; A de Defesa e Justiça na da Administração Interna; e a de Outros na Cultura.

As Ocupações Pós-Governativas dos Ministros e Secretários de Estado em Portugal

Tabela 14 – Pastas Ministeriais e as Ocupações Profissionais Pós-governamentais (Ano 3)

Ocupações Pós-Governamentais	Pastas Ministeriais																			
	Ano 3																			
	Economia, Finanças		Agricultura, Ambiente		Educação, Ensino Universitário, Ciência		Obras Públicas, Transportes e Comunicações		Emprego, Segurança Social		PM, Presidência, Assuntos Parlamentares, Adjunto do PM		Negócios Estrangeiros		Administração Interna, Defesa e Justiça		Saúde		Cultura e Outros	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Governo	6	17,1%	1	5,3%	2	12,5%	3	37,5%	2	22,2%	5	17,9%	3	25,0%	4	17,4%	0	0,0%	1	20,0%
Público	15	42,9%	12	63,2%	12	75,0%	4	50,0%	7	77,8%	13	46,4%	5	41,7%	15	65,2%	7	77,8%	3	60,0%
Privado	9	25,7%	2	10,5%	2	12,5%	0	0,0%	0	0,0%	8	28,6%	2	16,7%	2	8,7%	2	22,2%	1	20,0%
Internacional	4	11,4%	2	10,5%	0	0,0%	1	12,5%	0	0,0%	2	7,1%	2	16,7%	1	4,3%	0	0,0%	0	0,0%
Reforma/Falecimento	1	2,9%	2	10,5%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	4,3%	0	0,0%	0	0,0%
Total	35	100,0%	19	100,0%	16	100,0%	8	100,0%	9	100,0%	28	100,0%	12	100,0%	23	100,0%	9	100,0%	5	100,0%

4.4. Cargo No Governo

Analisar o cargo ocupado pelos ex-governantes e compará-lo com o setor em que assumiram funções, é essencial para compreender se há algum padrão entre ministros ou secretários de estado. De uma forma geral, o setor público é aquele em que os ex-governantes assumem mais funções, seguido do governo, no primeiro ano, e o privado no terceiro ano.

Olhando agora para cada cargo, na tabela 15, podemos verificar que, no primeiro ano, os dois primeiros-ministros estão divididos entre o setor do governo e o público. No primeiro caso, António Costa mantém-se em funções, e no segundo caso, Pedro Passos Coelho assume o cargo de Deputado à Assembleia da República. Como cargo de ministro há uma maioria que assume no público (39%), seguido do governo (31,7%) e do privado (12,2%). Já quanto aos secretários de estado, o posicionamento é o mesmo, com o público (45,6%) a estar em primeiro nas opções, seguido do governo (21,3%) e privado (14,7%). Relativamente ao terceiro ano, nos três cargos, as únicas diferenças relevantes são nos cargos de ministro e secretário de estado. Nos ministros, há uma redução significativa de ex-governantes no governo (12,2%), levando a um aumento no público (53,7%) e privado (19,5%). Nos secretários de estado, a redução de governantes no governo (15,4%) levou a reforçar a posição do público (51,5%) e um aumento bastante subtil no setor internacional (de 3,7% para 5,9%), não existindo qualquer alteração no privado (tabela 15).

Além de perceber os cargos dos setores que os três assumem, também é de especial relevância perceber que subsectores primeiros-ministro, ministros e secretários de estado ocupam. Olhando para o caso dos subsectores público (tabela 24 em anexo), o único caso em primeiro-ministro ocupa a assembleia da república. No caso dos ministros, também a assembleia da república (62,5%) é a principal ocupação, seguida das Instituições de Ensino Básico/Superior (31,3%) e Administração Pública (6,3%), com um único caso, o de Mário Centeno, antigo ministro das Finanças do Governo de António Costa, que ocupou o cargo de Governador do Banco de Portugal. No caso dos secretários de estado, também existe a mesma composição com a Assembleia da República (33,9%) a estar subtilmente acima do subsector do ensino básico/superior (32,3%), e por fim a administração pública (24,2%). No terceiro ano, só houve uma categoria que sofreu algumas alterações mais interessantes em comparação ao ano anterior, que é a de ministro. Existiu um aumento para 18,2% na administração pública e uma redução para 18,2% nas instituições de ensino básico/superior.

Já no subsector privado (tabela 25 em anexo), nos ministros, há uma mais predominância no subsector advocacia/consultoria (40%), bancário e financeiro (20%) e instituições de ensino superior (20%). Nos secretários de estado, também a

As Ocupações Pós-Governativas dos Ministros e Secretários de Estado em Portugal

advocacia/consultoria (30%) e bancário e financeiro (30%) estão nas principais ocupações, bem como o subsetor outros (20%). No terceiro ano, há algumas alterações, apesar de pouco significativas, sendo que, no caso de ministro, a advocacia/consultoria (62,5%) torna-se ainda mais o subsetor onde assumem funções. Os outros subsectores estão mais dispersos em relação ao ano anterior. Já no caso dos secretários de estado, também existe uma dispersão. No entanto, bancário e financeiro (35%) mantém como o principal subsetor, seguido de advocacia/consultoria (30%).

Por fim, relativamente à categoria internacional (tabela 26 em anexo), tanto no primeiro com no segundo ano, nas duas categorias que têm representação, não há uma grande alteração. Ministros tendem a assumir posições em organizações internacionais (75% em ambos os anos) em detrimento das instituições políticas da união europeia (25% em ambos os anos), como o caso de Maria Manuel Leitão Marques, antiga ministra da Presidência e da Modernização Administrativa do XXI Governo Constitucional, assumindo o cargo de eurodeputada do Parlamento Europeu. Já os secretários de estado, tendem a assumir posições nas instituições políticas da união europeia (primeiro ano: 80%; terceiro ano: 75%) em detrimento das organizações internacionais (primeiro ano: 20%; terceiro ano: 25%).

Tabela 15 – Cargo no Governo e as Ocupações Profissionais Pós-governamentais

Ocupações Pós-Governamentais	Cargo Governo											
	Ano 1						Ano 3					
	Primeiro Ministro		Ministro		Secretário Estado		Primeiro Ministro		Ministro		Secretário Estado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Governo	1	50.0%	13	31.7%	29	21.3%	1	50.0%	5	12.2%	21	15.4%
Público	1	50.0%	16	39.0%	62	45.6%	1	50.0%	22	53.7%	70	51.5%
Privado	0	0.0%	5	12.2%	20	14.7%	0	0.0%	8	19.5%	20	14.7%
Internacional	0	0.0%	4	9.8%	5	3.7%	0	0.0%	4	9.8%	8	5.9%
Reforma/Falecimento	0	0.0%	0	0.0%	4	2.9%	0	0.0%	0	0.0%	4	2.9%
n/d	0	0.0%	3	7.3%	16	11.8%	0	0.0%	2	4.9%	13	9.6%
Total	2	100.0%	41	100.0%	136	100.0%	2	100.0%	41	100.0%	136	100.0%

Ex-Ministros tendem a assumir funções em setores como Público e Privado, que equivale a 51,2% no primeiro ano. No entanto, no terceiro ano, só o setor público equivale a 53,7%. Já no caso dos Secretários de Estado tendem a assumir funções também no Público e Privado, como 60,3% do total, enquanto no terceiro ano, o que se refletiu no caso dos ministros, também acontece nos secretários de estado, em que só o setor público representa mais de metade do total (51,5%). Na Dinamarca, muitos antigos ministros e secretários de estado assumem funções no setor privado, sendo que mais de 60% acabam por o fazer após

o terceiro ano (Rasmussen et al., 2021), algo que não se verifica em Portugal, tendo em conta que o valor no setor privado é bastante inferior.

Por fim, relativamente à senioridade e o cargo ministerial ocupado, os valores revelam uma estabilidade entre os dois anos (tabela 16). No caso dos primeiro-ministro, há uma divisão entre a média e a alta senioridade. Nos ministros, a média senioridade domina (55,3%), estando um pouco acima da alta (44,7%). Nos secretários de estado, dois terços ocupam cargos de média senioridade (79,3%), enquanto 17,2% ocupam cargos de alta senioridade. No terceiro ano, não existe uma grande mudança no padrão. No caso dos ministros há uma grande redução de cargos de alta senioridade (33,3%), que é compensado pelos de média (64,1%). Já nos secretários de estados, as alterações são bastante pequenas, com um pequeno aumento na alta senioridade (78,2%) e redução na média (78,2%) (tabela 16). Os cargos de alta senioridade estão mais associados a ministros ao invés dos secretários de estado, sendo as diferenças são muito acentuadas. Talvez esta diferença possa ser explicada pela experiência e exposição mediática de um ministro, enquanto os secretários de estado não estão tão debaixo dos holofotes mediáticos (Silveira, 2022).

Tabela 16 – Cargo no Governo e a Senioridade das Ocupações Profissionais Pós-governamentais

Senioridade	Cargo Governo											
	Ano 1						Ano 3					
	PM		Ministro		Secretário Estado		PM		Ministro		Secretário Estado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Baixa	0	0.0%	0	0.0%	4	3.4%	0	0.0%	1	2.6%	3	2.5%
Média	1	50.0%	21	55.3%	92	79.3%	1	50.0%	25	64.1%	93	78.2%
Alta	1	50.0%	17	44.7%	20	17.2%	1	50.0%	13	33.3%	23	19.3%
Total	2	100.0%	38	100.0%	116	100.0%	2	100.0%	39	100.0%	119	100.0%

4.5. Duração do Mandato

Por fim, quanto à ligação entre o número de anos no cargo governativo e o setor do cargo ocupado, ao comparar os dois anos, há sempre a predominância do público como principal setor, em quase todas as durações de mandato, especialmente para mandatos acima dos dois anos, em ambos os anos (tabela 17). No primeiro ano, quem permanece menos de dois anos no governo, tende a ocupar posições no setor público (48,2%), seguindo da manutenção em posições governativas (28,6%) e setor privado (14,3%). No terceiro ano, existem pequenas alterações. Quem fica menos de dois anos, tende a assumir funções no público (55,2%), privado (19%) e governo (15,5%), enquanto quem permanece mais de dois

anos, ocupa posições no público (57,5%), seguido do governo (17%) e privado (16%). Com isto, podemos ver que não existe uma grande diferença nos anos em análise, com alterações muito subtis.

Tabela 17 – Duração do Mandato e as Ocupações Profissionais Pós-Governamentais

Ocupações Pós-Governamentais	Anos no Governo							
	Ano 1				Ano 3			
	< 2		> 2		< 2		> 2	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Governo	16	28,6%	27	26,0%	9	15,5%	18	17,0%
Público	27	48,2%	52	50,0%	32	55,2%	61	57,5%
Privado	8	14,3%	17	16,3%	11	19,0%	17	16,0%
Internacional	1	1,8%	8	7,7%	2	3,4%	10	9,4%
Reforma/Falecimento	4	7,1%	0	0,0%	4	6,9%	0	0,0%
Total	56	100.0%	104	100.0%	58	100.0%	106	100.0%

Confrontado com a literatura sobre a temática, podemos perceber que a mesma não se coaduna com os nossos resultados, em que a predominância do setor público permanece durante todos os anos. Na Alemanha, ministros com mandatos mais curtos, especialmente aqueles que saem em condições adversas ou prematuramente, são mais propensos a migrar para funções no setor privado, aproveitando a experiência governamental em consultoria, *lobbying* ou governação corporativa (Dörrenbächer, 2016). Também Verzichelli & Cotta referem que governantes com mais tempo no cargo têm maior probabilidade de fazer a transição para o setor privado, especialmente em funções de liderança corporativa, consultoria ou assessoria. (Verzichelli e Cotta, 2018). Por outro lado, Blondel refere que as carreiras ministeriais mais longas permitem frequentemente uma maior acumulação de conhecimentos, reputação e influência, tornando os antigos governantes aptos a desempenhar funções de liderança em organizações internacionais, no meio académico ou na governação empresarial de alto nível (Blondel, 1991).

Já a senioridade, entre os dois anos, os valores são muito semelhantes, existindo ligeiras diferenças, principalmente para quem se mantém mais de dois anos em funções governamentais, em que podemos assistir a um aumento de ocupação de cargos de alta senioridade, em comparação com políticos com menos de dois anos no governo (tabela 18). No primeiro ano, a relação entre o tempo no governo e a senioridade dos cargos assumidos mostra que, quem cumpre um mandato até dois anos, tende a ocupar um cargo de média senioridade (76,9%), seguido de cargos de alta senioridade (19,2%). Tal também se reflete para quem se mantém mais de dois anos no governo. No terceiro ano após o fim do

As Ocupações Pós-Governativas dos Ministros e Secretários de Estado em Portugal

mandato, podemos também assistir que não existiram grandes mudanças, tanto para quem permaneceu menos de dois anos e mais de dois anos, com os cargos de média senioridade a destacarem-se (79,6% para mandatos menores de dois anos e 72,6% para mandatos superiores a dois anos).

Tabela 18 – Duração do Mandato e a Senioridade das Ocupações Profissionais Pós-Governamentais

Senioridade	Anos no Governo							
	Ano 1				Ano 3			
	< 2		> 2		< 2		> 2	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Baixa	2	3,8%	2	1,9%	3	5,6%	1	0,9%
Média	40	76,9%	75	72,1%	43	79,6%	77	72,6%
Alta	10	19,2%	27	26,0%	8	14,8%	28	26,4%
Total	52	100.0%	104	100.0%	54	100.0%	106	100.0%

Conclusão

A presente dissertação teve como objetivo principal analisar as ocupações profissionais pós-governamentais dos ministros e secretários de estado dos XIX e XXI Governos Constitucionais Portugueses, procurando explorar como se caracterizam as trajetórias destes indivíduos após a saída de cargos executivos. Esta investigação baseou-se numa abordagem quantitativa e descritiva, acompanhada de análises comparativas entre dois momentos temporais: o primeiro e o terceiro ano após o término das funções governativas.

As projeções desta dissertação apresentam uma dissonância relevante face à literatura existente sobre as ocupações pós-governamentais. Enquanto a maioria das investigações apontam para uma tendência clara de ex-governantes transitarem para o setor privado, ocupando posições de alta senioridade e cujas escolhas profissionais são fortemente influenciadas pela pasta que desempenharam (Rasmussen et. al, 2021, Claveria e Verge, 2015; Bright et al., 2012), a nossa análise revela padrões significativamente distintos. Em Portugal, segundo a nossa análise, tais projeções não se revelam, com as ocupações pós-governamentais sendo predominantemente no setor público, geralmente em cargos de média senioridade, e não demonstram uma ligação com as áreas de responsabilidade ministerial previamente exercidas, tornando o caso português, um caso particular.

Com efeito, em primeiro lugar, a análise revelou que o setor público constitui a principal ocupação pós-governamental, tanto no primeiro ano (44,1%) quanto no terceiro após a saída (52%). Instituições como a Assembleia da República e o ensino superior destacam-se como os subsectores mais representativos, especialmente no terceiro ano, onde se observa um aumento do número de ex-governantes integrados nesses contextos. Esta continuidade institucional reforça a ideia de que os ex-governantes mantêm uma forte ligação à esfera estatal, consolidando o seu papel na administração pública e na formulação de políticas. Além disso, o contexto institucional e cultural do país pode ter um papel determinante. Em Portugal, há uma forte tradição de peso do setor público, com mecanismos formais, com regras explícitas que regem a transição entre cargos governamentais e outras funções públicas, como períodos de incompatibilidade (período de nojo) e códigos de conduta que limitam a transferência direta para o setor privado, e informais, como relações estabelecidas durante o período governamental que facilitam a transição para outros cargos no setor público ou uma visão predominante que pode desencorajar movimentos para o setor privado devido a possíveis críticas públicas ou percepções de conflito de interesses, incentivando assim a permanência no âmbito da administração pública ou em organizações semelhantes. Ou também podemos olhar da

perspetiva de que, como Jean Blondel afirma, neste último caso, o Parlamento tem vantagens manifestas, dando aos ex-ministros, (e neste caso também aos ex-secretários de estado) a oportunidade de esperar por uma nova chamada para o governo (Blondel, 1991).

Em segundo lugar, a ausência de uma ligação evidente entre a pasta exercida e o cargo pós-governamental pode indicar que as redes de influência e o capital acumulado durante o mandato são mais determinantes do que a especialização técnica. Este fenómeno leva a crer que as relações interpessoais e políticas instituídas durante a função governamental podem ser usadas de forma transversal, independentemente da área de atuação anterior. Claro que há pastas ministeriais com maior influência que outras, mas, de uma forma geral, não existem valores acentuados que permitam tirar tais conclusões. Em países com culturas de governança mais estruturadas e mecanismos de maior escrutínio público, como os países nórdicos, observa-se uma maior valorização da especialização técnica e da experiência específica na transição para cargos pós-governamentais. Em contraste, Portugal caracteriza-se por uma maior flexibilidade nessas transições, onde as redes sociais e políticas desempenham um papel preponderante. Este fenómeno resulta numa transversalidade nas oportunidades de carreira, que frequentemente transcendem barreiras técnicas ou setoriais, destacando o peso do capital político acumulado durante o mandato governamental.

No que diz respeito à senioridade dos cargos ocupados, verificou-se uma estabilidade geral ao longo dos anos analisados. A maioria dos ex-governantes concentrou-se em cargos de média senioridade, o que reflete um perfil de funções com autonomia relativa, mas ainda sujeitas a supervisão. Os cargos de alta senioridade, embora representativos, foram menos acedidos, particularmente para as mulheres e para ex-secretários de estado, demonstrando desigualdades relevantes, mesmo para indivíduos com experiência significativa no governo. Além disso, o tipo de senioridade pode ser entendido na questão do mercado de trabalho nacional e da estrutura económica portuguesa. Com um setor privado menos forte em áreas de alta senioridade, as oportunidades para transições lucrativas podem ser mais restritas, levando ex-governantes a optar por carreiras em setores onde o seu conhecimento em certas áreas é mais valorizado, como na administração pública ou aproveitando a oportunidade de integrar a Assembleia da República como deputados.

A influência do cargo ocupado no governo foi outro fator determinante na definição das ocupações pós-governamentais. Ex-ministros tendem a ocupar cargos de alta ou média senioridade em setores como público e privado, enquanto os secretários de estado permanecem predominantemente em funções de média senioridade, sobretudo no setor público. Esta disparidade reflete não apenas diferenças hierárquicas, mas também os graus de visibilidade pública e capital político associados aos cargos ocupados. Além disso, os mandatos mais longos estão associados a uma maior probabilidade de transições para

posições de alta senioridade, evidenciando a importância da experiência acumulada e da construção de redes de influência ao longo do tempo.

Além disso, observou-se que as mulheres enfrentam maiores dificuldades para alcançar cargos de alta senioridade, o que pode estar relacionado com a persistência de redes de poder dominadas por homens e com a menor visibilidade atribuída às mulheres durante os seus mandatos. A concentração feminina em áreas como educação e instituições públicas também pode refletir estereótipos de género que associam mulheres a setores tradicionalmente considerados menos competitivos ou de carácter social.

Apesar dos resultados, esta dissertação também identificou algumas limitações que são vistas como oportunidades para investigações futuras. Uma das principais limitações foi a exclusão de governos que poderiam apresentar uma perspetiva mais longitudinal e detalhada das tendências analisadas. Ampliar a análise para incluir governos anteriores permitia identificar padrões mais consistentes, aumentar a base de análise e avaliar alterações ao longo do tempo. Além disso, fazer uma comparação com outros países, permitindo entender até que ponto os padrões observados são específicos ao contexto português ou refletem tendências mais amplas nas democracias europeias. Ainda nesta parte, um repto que também deixamos para futuras investigações, e tendo em conta a exposição dos mesmos, é a de se fazer uma análise dos ministros desde o primeiro governo constitucional, de 1976, até aos dias de hoje, analisado também a ocupação anterior à tomada de posse, e a ocupação posterior após cessar funções. Isto levaria a uma análise mais profunda sobre o estudo das portas giratórias, e se tal existe em Portugal nesta classe política e, se sim, como tem evoluído ao longo dos 49 anos de democracia.

Apesar deste nunca ter sido o objetivo desta dissertação, outro aspeto que poderia ser explorado é a utilização de uma abordagem qualitativa, como entrevistas ou análises biográficas, para compreender as motivações subjacentes às escolhas de carreira dos ex-governantes. Este método permitiria alcançar nuances e fatores pessoais que os dados quantitativos não conseguem abordar completamente.

A desigualdade de género identificada também requer alguma investigação. Investigações mais focadas nas trajetórias femininas poderiam ajudar a identificar as barreiras específicas enfrentadas pelas mulheres e as estratégias que algumas delas utilizam para superar tais desafios. Além disso, seria relevante explorar como as políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de género impactam as transições profissionais em Portugal.

Por fim, esta dissertação pretendeu dar um contributo exploratório sobre as ocupações pós-governamentais em Portugal, abrindo caminho para novas investigações que possam aprofundar e expandir o conhecimento sobre este tema, contribuindo para debates

As Ocupações Pós-Governativas dos Ministros e Secretários de Estado em Portugal

académicos relevantes para a compreensão das dinâmicas de poder e mobilidade profissional em contextos democráticos.

Bibliografia

Alderman, R. K., & Cross, J. A. (1986). Rejuvenating the Cabinet: The Record of Post-war British Prime Ministers Compared. *Political Studies*, 34(4), 639-646.

Alexiadou, D. (2015). Ideologues, Partisans, and Loyalists: Cabinet Ministers and Social Welfare Reform in Parliamentary Democracies. *Comparative Political Studies*. 48. 1051-1086.

Andeweg, R. B., Elgie, R., Helms, L., Kaarbo, J., & Müller-Rommel, F. (2020). *The Oxford Handbook of Political Executives*. Oxford University Press.

Andeweg, R.B. (2000). Ministers as double agents? The delegation process between cabinet and ministers. *European Journal of Political Research*, 37, 377-395.

Annesley, C. (2015). Rules of Ministerial Recruitment. *Politics & Gender*, 11(4), 618–642. Cambridge University Press.

Askim, J., Karlsen, R., & Kolltveit, K. (2021). Public Office as a Stepping-Stone? Investigating the Careers of Ministerial Advisors. *Political Studies Review*, 19(4), 539-557.

Bach, T., & Veit, S. (2017). The Determinants of Promotion to High Public Office in Germany: Partisan Loyalty, Political Craft, or Managerial Competencies? *Journal of Public Administration Research and Theory*, 28, 254-269.

Baturo, A. (2017). Democracy, Development, and Career Trajectories of Former Political Leaders. *Comparative Political Studies*, 50(8), 1023-1054.

Baturo, A. & Arlow, J. 2018. 'Is There a 'Revolving Door' to the Private Sector in Irish Politics?', *Irish Political Studies*, 33(3), 381–406.

Belchior, A. M., & Silveira, P. (2023). The Effect of Ministerial Instability on Government's Mandate Fulfilment: Evidence from the Portuguese Case. *Swiss Political Science Review*, 29, 310–329.

Berlinski, S.; Dewan, T. & Dowding, K. (2010) The Impact of Individual and Collective Performance on Ministerial Tenure. *The Journal of Politics*. 72(2), 559-571.

Blach-Ørsten, M., Mayerhöffer, E., & Willig, I. (2020). From Government Office to Private PR: Career Patterns of Special Ministerial Advisers and the Privatization of Politics. *The International Journal of Press/Politics*, 25(2), 301-319.

Blondel, J. (1985). *Government Ministers in the Contemporary World*. Newbury Park: SAGE Publications.

Blondel, J.; Thiébault, J. L. (eds.) (1991). *Profession of Government Minister in Western Europe*. London: Palgrave Macmillan.

Boeker, W. (1992). Power and managerial dismissal: Scapegoating at the top. *Administrative Science Quarterly*, 37(3), 400–421.

Braga da Cruz, M. (2017). *O sistema político português. Fundação Francisco Manuel Dos Santos*.

Camerlo, M., Malamud, A., & Molina, A. (2022). Fluid paths to the cabinet in federal presidential systems: Argentina 1983–2020. *Regional & Federal Studies*, 1–25.

Christiansen, P. M., Niklasson, B., & Öhberg, P. (2016). Does Politics Crowd out Professional Competence? The Organisation of Ministerial Advice in Denmark and Sweden. *West European Politics*, 39(6), 1230-1250.

Cingano, F., & Pinotti, P. (2009). Politicians At Work: The Private Returns and Social Costs Of Political Connections. *Journal of the European Economic Association*, 11(2), 433–465.

Claessen, C., Bailer, S., & Turner-Zwinkels, T. (2020). An analysis of post-parliamentary career positions in Germany and the Netherlands. *European Journal of Political Research*.

Claveria, S. (2014). Still a ‘Male Business’? Explaining Women’s Presence in Executive Office. *West European Politics*, 37(5): 1156-1176.

Claveria, S. & Verge, T. (2015). Post-ministerial occupation in advanced industrial democracies: Ambition, individual resources and institutional opportunity structures. *European Journal of Political Research*, 54, 819-835.

Dogan, M. (1979). How to become a cabinet minister in France: Career Pathways, 1870-1978. *Comparative Politics*, 12(1).

Dogan, M., & Higley, J. (1998). *Elites, crises, and the origins of regimes*. Rowman & Littlefield.

Dörrenbächer, N. (2016). Patterns of post-cabinet careers: When one door closes another door opens? *Acta Polit* 51, 472–491.

Dowding, K., McLeay, E. (2011). *The Firing Line: When and Why Do Prime Ministers Fire Ministerial Colleagues?* In: Hart, P., Uhr, J. (eds) *How Power Changes Hands. Understanding Governance series*. Palgrave Macmillan, London.

Flores, A. Q. (2009). The Political Survival of Foreign Ministers. *Foreign Policy Analysis*, 5(2), 117–133.

Goetz, K. H., & Wollmann, H. (2001). Governmentalizing central executives in post-communist Europe: a four-country comparison. *Journal of European Public Policy*, 8(6), 864–887.

Greene, Z., & Jensen, C. B. (2016). Manifestos, salience and junior ministerial appointments. *Party Politics*, 22(3), 382-392.

Hansen, M. E., Klemmensen, R., Hobolt, S. B., & Bäck, H. (2013). Portfolio saliency and ministerial turnover: Dynamics in scandinavian postwar cabinets. *Scandinavian Political Studies*, 36(3), 227-248.

Headey, B. W. (1974). The Role Skills of Cabinet Ministers: A Cross-National Review. *Political Studies*, 22(1), 66-85.

Helms, L. (2022). Why do Parties Select Non-Partisan Ministers? The Paradox of Ministerial Selection in Austria. *Representation*, 59(3), 513–530.

As Ocupações Pós-Governativas dos Ministros e Secretários de Estado em Portugal

Hernik, J., & Mínguez Vera, A. (2020). Gender Equality In Parliaments - Where Do We Stand In Europe?: Considerations From The Economic Development And Society's Masculinity Index Point Of View. *Ekonomski vjesnik/Econviews - Review of Contemporary Business, Entrepreneurship and Economic Issues*, 33(1), 83–99.

Higley, J. (2017). Political elites in the west. In Palgrave Macmillan UK eBooks (pp. 315–328).

Hoecker, B. (1998). *Politische Partizipation und Repräsentation von Frauen im europäischen Vergleich*. In: Hoecker, B. (eds) *Handbuch Politische Partizipation von Frauen in Europa*. VS Verlag für Sozialwissenschaften, Wiesbaden.

Indridason, I. H., & Kam, C. (2008). Cabinet Reshuffles and Ministerial Drift. *British Journal of Political Science*, 38(4), 621–656.

Iyer, L., & Mani, A. (2012). Traveling Agents: Political Change and Bureaucratic Turnover in India. *Review of Economics and Statistics*, 94(3), 723–739.

Jäckle, S. (2013) Ministerial turnover in the German Länder (1991–2010). *Z Vgl Polit Wiss* 7, 27–48.

Jäckle, S. (2023). What Comes after Cabinet? Post-Cabinet Careers of German Regional Ministers between 1945 and 2014. *Social Sciences*, 12(11), 601.

Kaiser, A., & Fischer, J. (2009). Linkages between Parliamentary and Ministerial Careers in Germany, 1949–2008: The Bundestag as Recruitment Pool. *German Politics*, 18, 140 - 154.

Keller S, (1963) *Beyond the Ruling Class: Strategic Elites in Modern Society*. Random House, New York.

Lehne, S. (2015). Are Prime Ministers Taking Over Eu Foreign Policy? Carnegie Endowment for International Peace.

Magni-Berton, R. and Panel, S. (2021), Gerontocracy in a comparative perspective: Explaining why political leaders are (almost always) older than their constituents. *Sociology Compass*, 15: e12841.

Marsh, D., Richards, D., & Smith, M. J. (2000). Re-assessing the Role of Departmental Cabinet Ministers. *Public Administration*, 78(2), 305. Article 1.

Martin, S. (2016). Policy, Office and Votes: The Electoral Value of Ministerial Office. *British Journal of Political Science*, 46(2), 281–296.

McMaster, A., & Bairner, A. (2012). Junior Ministers in the UK: The Role of the Minister for Sport. *Parliamentary Affairs*, 65, 214-237.

Moury, C. (2013). Coalition Government and Party Mandate: How Coalition Agreements Constrain Ministerial Action. *Coalition Government and Party Mandate: How coalition agreements constrain ministerial action*. 1-164.

Moury, C., & Standring, A. (2017). ‘Going beyond the Troika’: Power and discourse in Portuguese austerity politics. *European Journal of Political Research*, 56, 660-679.

Nicholls, K. (1991). The Dynamics of National Executive Service: Ambition Theory and the Careers of Presidential Cabinet Members. *Western Political Quarterly*, 44(1), 149-172.

Nogueira, M. C. (2009). Women in Positions of Power in Portugal: Contradictory Positions and Discourses. *Journal of Women, Politics & Policy*, 30(1), 70–88.

Palmer, M. & Schneer, S. (2016). Capitol Gains: The Returns to Elected Office from Corporate Board Directorships. *Journal of Politics*. 78.

Persson, A., Sjöstedt, M. (2015). The Political and Historical Origins of Good Government: How Social Contracts Shape Elite Behavior. In: Dahlström, C., Wängnerud, L. (eds) *Elites, Institutions and the Quality of Government. Executive Politics and Governance*. Palgrave Macmillan, London.

Pinto, A. C., & Tavares de Almeida, P. (2018). The Primacy of Experts? Non-partisan Ministers in Portuguese Democracy. Em A. Costa Pinto, M. Cotta, & P. Tavares de Almeida (Eds.), *Technocratic Ministers and Political Leadership in European Democracies* (pp. 111-137). Palgrave Macmillan.

As Ocupações Pós-Governativas dos Ministros e Secretários de Estado em Portugal

Rasmussen, A., Buhmann-Holmes, N., & Egerod, B. (2021). The Executive Revolving Door: New Dataset on the Career Moves of Former Danish Ministers and Permanent Secretaries. *Scandinavian Political Studies*, 44(4), 487-502.

Robert, E., Gianluca, P. (2020). The Presidentialization of Political Executives.

Rose, R. (1971). The Making of Cabinet Ministers. *British Journal of Political Science*, 1(4), 393-414.

Rose, R. (1989). Ministers and ministries: a functional analysis. *American Political Science Review*, 83, 335 - 336.

Rothstein, B., & Teorell, J. (2008). What is quality of government? A theory of impartial government institutions. *Governance*, 21(2), 165-190.

Sawicki, F. et Mathiot, P. (1999). *Les membres des cabinets ministériels socialistes en France: recrutement et reconversion. 2) Passage en cabinet et trajectoires professionnelles. Revue française de science politique*, Vol. 49(2), 231-264.

Selling, N., & Svallfors, S. (2019). The Lure of Power: Career Paths and Considerations among Policy Professionals in Sweden. *Politics & Policy*.

Semenova, E. (2018). Recruitment and Careers of Ministers in Central Eastern Europe and Baltic Countries. Em A. Costa Pinto, M. Cotta e P. Tavares de Almeida (Eds.) *Technocratic Ministers and Political Leadership in European Democracies* (pp. 173-203). Palgrave Macmillan.

Silva, P., & Jalali, C. (2016). The many faces of (party) appointments: Party government and patronage in Portugal, 1995-2009. *Acta Politica*, 51, 539-559.

Silva, P.; Silveira, P.; Paris, A.; Camerlo, M. (2023) Patterns of Ministerial Recruitment, Partisanship and Financial Crisis. In *Portugal Since the 2008 Economic Crisis*, Eds. por António Costa Pinto, 110-128. Routledge.

Silveira, P. (2013). *Os secretários de estado da democracia portuguesa: perfis sociopolíticos e carreiras governativas. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa*.

As Ocupações Pós-Governativas dos Ministros e Secretários de Estado em Portugal

Silveira, P. (2015) *Os secretários de Estado da democracia portuguesa, 1976-2011. Análise Social*, 50(214). 128-158.

Silveira, P. (2022) *Governo de Portugal. Fundação Francisco Manuel dos Santos*.

Silveira, P. (2024). The benefits of shared leadership on minister-junior minister delegation and accountability. *Frontiers in Political Science*.

Silveira, P.; Silva, P. (2023). *O executivo. Em J. Fernandes; P. C. Magalhães; e A. Costa Pinto (eds.). O Essencial da Política Portuguesa. Lisboa: Tinta da China, 203-221.*

Stockemer, D., & Sundström, A. (2025). Age Inequalities in Political Representation: A Review Article. *Government and Opposition*, 60(1), 271–288.

Stolz, K., & Fischer, J. (2014). Post-Cabinet Careers of Regional Ministers in Germany, 1990–2011. *German Politics*, 23(3), 157–173.

Sundström, A., & Stockemer, D. (2021). Political Party Characteristics and Women's Representation: The Case of the European Parliament. *Representation*, 58(1), 119–137

Sundström, A., & Wängnerud, L. (2016). Corruption as an obstacle to women's political representation: Evidence from local councils in 18 European countries. *Party Politics*, 22(3), 354-369.

Tavares De Almeida, P., & Costa Pinto, A. (2002). Portuguese Ministers, 1851–1999: Social Background and Paths to Power. *South European Society and Politics*, 7(2), 5–40.

Terrière, L., & Bouteica, N. (2021). Regionalist Parties in Central Government: A Shift in Ministerial Portfolio Preferences? *Nationalities Papers*, 51, 1090 - 1104.

Theakston, K. (1987). *Junior ministers in British government*. Blackwell Pub.

Theakston, K., Gill, M., & Atkins, J. (2014). The Ministerial Foothills: Labour Government Junior Ministers 1997–2010. *Parliamentary Affairs*, 67, 688-707.

Van de Walle, S., Steijn, B., & Jilke, S. (2015). Extrinsic motivation, PSM and labour market characteristics: a multilevel model of public sector employment preference in 26 countries. *International Review of Administrative Sciences*, 81(4), 833-855.

Verd, J., Barranco, Oriol., & Bolívar, M. (2019). Youth unemployment and employment trajectories in Spain during the Great Recession: what are the determinants? *Journal for Labour Market Research*, 53, 1-20.

Verzichelli, L. & Cotta, M. (2018). Recruitment and Careers of Ministers in Central Eastern Europe and Baltic Countries. Em A. Costa Pinto, M. Cotta e P. Tavares de Almeida (Eds.) *Technocratic Ministers and Political Leadership in European Democracies* (pp. 173-203). Palgrave Macmillan.

Vittori, D., Pilet, J.-B., Rojon, S., & Paulis, E. (2023). Technocratic Ministers in Office in European Countries (2000–2020): What's New? *Political Studies Review*, 21(4), 867-886.

Woodhouse, D.C. (2004). UK Ministerial Responsibility in 2002: The Tale of Two Resignations. *Public Administration*, 82, 1-19.

Würfel, M. (2017). Life After the Bundestag: An Analysis of the Post-Parliamentary Careers of German MPs. *German Politics*, 27(3), 295–316.

Anexos

Secção 1 – Tabelas em Anexo

Tabela 19 – Ocupações Profissionais Pós-governamentais na Categoria Internacional

Categoria: Internacional	Ano 1		Ano 3	
	N	%	N	%
Organizações Internacionais	4	2.2%	5	2.8%
Instituições Políticas da União Europeia	6	3.4%	7	3.9%
Total	179	100%	179	100%

Tabela 20 – Género e as Ocupações Profissionais Pós-Governamentais na Categoria Internacional

Categoria: Internacional	Género							
	Ano 1				Ano 3			
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Organizações Internacionais	4	50.0%	0	0.0%	4	44.4%	1	33.3%
Instituições Políticas da União Europeia	4	50.0%	1	100.0%	5	55.6%	2	66.7%
Total	8	100.0%	1	100.0%	9	100.0%	3	100.0%

As Ocupações Pós-Governativas dos Ministros e Secretários de Estado em Portugal

Tabela 21 – Grupo Etário e a Senioridade das Ocupações Profissionais Pós-Governamentais

Senioridade	Grupo Etário																			
	Ano 1										Ano 3									
	< 34		35-40		41-50		51-60		> 61		< 34		35-40		41-50		51-60		> 61	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Baixa	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	3	5.1%	1	4.5%	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	2	3.3%	2	8.3%
Média	1	100.0%	12	85.7%	40	69.0%	45	76.3%	16	72.7%	1	100.0%	11	84.6%	41	70.7%	47	77.0%	17	70.8%
Alta	0	0.0%	2	14.3%	18	31.0%	11	18.6%	5	22.7%	0	0.0%	2	15.4%	17	29.3%	12	19.7%	5	20.8%
Total	1	100.0%	14	100.0%	58	100.0%	59	100.0%	22	100.0%	1	100.0%	13	100.0%	58	100.0%	61	100.0%	24	100.0%

Tabela 22 – Pastas Ministeriais e a senioridade das Ocupações Profissionais Pós-governamentais (Ano 1)

Senioridade	Pastas Ministeriais																			
	Ano 1																			
	Economia, Finanças		Agricultura, Ambiente		Educação, Ensino Universitário, Ciência		Obras Públicas, Transportes e Comunicações		Emprego, Segurança Social		PM, Presidência, Assuntos Parlamentares, Adjunto do PM		Negócios Estrangeiros		Administração Interna, Defesa e Justiça		Saúde		Cultura e Outros	
N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Baixa	2	5.7%	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	0	0.0%	1	4%	0	0.0%	0	0%	1	12.5%	0	0%
Média	20	57.1%	14	87.5%	11	78.6%	5	62.5%	9	100.0%	21	78%	11	91.7%	16	73%	5	62.5%	3	60%
Alta	13	37.1%	2	12.5%	3	21.4%	3	37.5%	0	0.0%	5	19%	1	8.3%	6	27%	2	25.0%	2	40%
Total	35	100.0%	16	100.0%	14	100.0%	8	100.0%	9	100.0%	27	100.0%	12	100.0%	22	100.0%	8	100.0%	5	100.0%

As Ocupações Pós-Governativas dos Ministros e Secretários de Estado em Portugal

Tabela 23 – Pastas Ministeriais e a senioridade das Ocupações Profissionais Pós-governamentais (Ano 3)

Senioridade	Pastas Ministeriais																			
	Ano 3																			
	Economia, Finanças		Agricultura, Ambiente		Educação, Ensino Universitário, Ciência		Obras Públicas, Transportes e Comunicações		Emprego, Segurança Social		PM, Presidência, Assuntos Parlamentares, Adjunto do PM		Negócios Estrangeiros		Administração Interna, Defesa e Justiça		Saúde		Cultura e Outros	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Baixa	1	2.9%	0	0.0%	0	0.0%	1	12.5%	0	0.0%	1	4%	0	0.0%	1	6%	0	0.0%	1	10%
Média	20	58.8%	14	82.4%	13	81.3%	5	62.5%	9	100.0%	21	75%	10	83.3%	10	56%	10	100.0%	6	60%
Alta	13	38.2%	3	17.6%	3	18.8%	2	25.0%	0	0.0%	6	21%	2	16.7%	7	39%	0	0.0%	3	30%
Total	34	100.0%	17	100.0%	16	100.0%	8	100.0%	9	100.0%	28	100.0%	12	100.0%	18	100.0%	10	100.0%	10	100.0%

Tabela 24 – Cargo no governo e as Ocupações Profissionais Pós-Governamentais na categoria Público

Categoria: Público	Cargo Governo											
	Ano 1						Ano 3					
	PM		Ministro		Secretário Estado		PM		Ministro		Secretário Estado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Assembleia da República	1	100.0%	10	62.5%	21	33.9%	0	0.0%	13	59.1%	24	34.3%
Administração Pública	0	0.0%	1	6.3%	15	24.2%	0	0.0%	4	18.2%	15	21.4%
Sector Empresarial do Estado	0	0.0%	0	0.0%	3	4.8%	0	0.0%	1	4.5%	3	4.3%
Outros ⁵	0	0.0%	0	0.0%	3	4.8%	0	0.0%	0	0.0%	3	4.3%
Instituições de Ensino Básico/Superior	0	0.0%	5	31.3%	20	32.3%	1	100.0%	4	18.2%	25	35.7%
Total	1	100.0%	16	100.0%	62	100.0%	1	100.0%	22	100.0%	70	100.0%

⁵ Este subsector agrega áreas relacionadas com Agências, Fundações e Associações

As Ocupações Pós-Governativas dos Ministros e Secretários de Estado em Portugal

Tabela 25 – Cargo no governo e as Ocupações Profissionais Pós-Governamentais na categoria Privado

Categoria: Privado	Cargo Governo											
	Ano 1						Ano 3					
	PM		Ministro		Secretário Estado		PM		Ministro		Secretário Estado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Instituições de Ensino Superior	0	0.0%	1	20.0%	1	5.0%	0	0.0%	1	12.5%	1	5.0%
Bancário e Financeiro	0	0.0%	1	20.0%	6	30.0%	0	0.0%	0	0.0%	7	35.0%
Advocacia/Consultoria	0	0.0%	2	40.0%	6	30.0%	0	0.0%	5	62.5%	6	30.0%
Industrial	0	0.0%	1	20.0%	3	15.0%	0	0.0%	1	12.5%	3	15.0%
Outros	0	0.0%	0	0.0%	4	20.0%	0	0.0%	1	12.5%	3	15.0%
Total	0	0.0%	5	100.0%	20	100.0%	0	0.0%	8	100.0%	20	100.0%

Tabela 26 – Cargo no governo e as Ocupações Profissionais Pós-Governamentais na categoria Internacional

Categoria: Internacional	Cargo Governo											
	Ano 1						Ano 3					
	PM		Ministro		Secretário Estado		PM		Ministro		Secretário Estado	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Organizações Internacionais	0	0.0%	3	75.0%	1	20.0%	0	0.0%	3	75.0%	2	25.0%
Instituições Políticas da União Europeia	0	0.0%	1	25.0%	4	80.0%	0	0.0%	1	25.0%	6	75.0%
Total	0	0.0%	4	100.0%	5	100.0%	0	0.0%	4	100.0%	8	100.0%

Secção 2 - Listas

Lista Ministros e Secretários de Estados do XIX Governo Constitucional Português

XIX Governo Constitucional Português (2011 - 2015)		
Nome	Cargo	Ministério
Pedro Passos Coelho	Primeiro-Ministro	Primeiro-Ministro
Carlos Moedas	Secretário de Estado	Primeiro-Ministro
Jorge Barreto Xavier	Secretário de Estado	Primeiro-Ministro
Francisco José Viegas	Secretário de Estado	Primeiro-Ministro
Paulo Portas	Ministro	Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
Miguel Morais Leitão	Secretário de Estado	Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
Vânia Dias da Silva	Secretário de Estado	Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
Vítor Gaspar	Ministro	Ministério das Finanças
Maria Luís Albuquerque	Ministro	Ministério das Finanças
Hélder Gomes dos Reis	Secretário de Estado	Ministério das Finanças
Luís Morais Sarmiento	Secretário de Estado	Ministério das Finanças
Isabel Castelo Branco	Secretário de Estado	Ministério das Finanças
Joaquim Pais Jorge	Secretário de Estado	Ministério das Finanças
Manuel Luís Rodrigues	Secretário de Estado	Ministério das Finanças
Paulo Nuncio	Secretário de Estado	Ministério das Finanças
José Leite Martins	Secretário de Estado	Ministério das Finanças
Hélder Rosalino	Secretário de Estado	Ministério das Finanças
Rui Manchete	Ministro	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Luis Campos Ferreira	Secretário de Estado	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Francisco Almeida Leite	Secretário de Estado	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Luis Brites Pereira	Secretário de Estado	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Bruno Mações	Secretário de Estado	Ministério dos Negócios Estrangeiros
José Cesário	Secretário de Estado	Ministério dos Negócios Estrangeiros
José Pedro Aguiar Branco	Ministro	Ministério da Defesa Nacional
Berta Cabral	Secretário de Estado	Ministério da Defesa Nacional
Paulo Braga Lino	Secretário de Estado	Ministério da Defesa Nacional
Miguel Macedo	Ministro	Ministério da Administração Interna
Anabela Rodrigues	Ministro	Ministério da Administração Interna
Fernando Alexandre	Secretário de Estado	Ministério da Administração Interna
Juvenal Silva Peneda	Secretário de Estado	Ministério da Administração Interna

As Ocupações Pós-Governativas dos Ministros e Secretários de Estado em Portugal

João Almeida	Secretário de Estado	Ministério da Administração Interna
Filipe Lobo d'Ávila	Secretário de Estado	Ministério da Administração Interna
Paula Teixeira da Cruz	Ministro	Ministério da Justiça
António Costa Moura	Secretário de Estado	Ministério da Justiça
Fernando Santo	Secretário de Estado	Ministério da Justiça
Luís Marques Guedes	Ministro	Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
Miguel Relvas	Ministro	Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
Teresa Morais	Secretário de Estado	Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
Emídio Guerreiro	Secretário de Estado	Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
Alexandre Mestre	Secretário de Estado	Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
Miguel Poiares Maduro	Ministro	Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
Feliciano Barreiras Duarte	Secretário de Estado	Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
Pedro Lomba	Secretário de Estado	Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
Joaquim Pedro Cardoso da Costa	Secretário de Estado	Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
António Leitão Amaro	Secretário de Estado	Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
Ana Rita Barosa	Secretário de Estado	Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
Paulo Júlio	Secretário de Estado	Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
Manuel Castro Almeida	Secretário de Estado	Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
António Almeida Henriques	Secretário de Estado	Ministério da Presidência do Conselho de Ministros
Álvaro Santos Pereira	Ministro	Ministério da Economia
António Pires de Lima	Ministro	Ministério da Economia
Leonardo Mathias	Secretário de Estado	Ministério da Economia
Pedro Gonçalves	Secretário de Estado	Ministério da Economia
Franquelim Alves	Secretário de Estado	Ministério da Economia
Carlos Nuno Oliveira	Secretário de Estado	Ministério da Economia
Sérgio Silva Monteiro	Secretário de Estado	Ministério da Economia
Adolfo Mesquita Nunes	Secretário de Estado	Ministério da Economia
Cecília Meireles	Secretário de Estado	Ministério da Economia
Jorge Moreira da Silva	Ministro	Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
Paulo Silva Lemos	Secretário de Estado	Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
Pedro Afonso de Paulo	Secretário de Estado	Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
Artur Trindade	Secretário de Estado	Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
Henrique Gomes	Secretário de Estado	Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
Miguel de Castro Neto	Secretário de Estado	Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
Assunção Cristas	Ministro	Ministério da Agricultura e do Mar

As Ocupações Pós-Governativas dos Ministros e Secretários de Estado em Portugal

José Diogo Albuquerque	Secretário de Estado	Ministério da Agricultura e do Mar
Francisco Gomes da Silva	Secretário de Estado	Ministério da Agricultura e do Mar
Daniel Campelo	Secretário de Estado	Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
Manuel Pinto de Abreu	Secretário de Estado	Ministério da Agricultura e do Mar
Nuno Vieira e Brito	Secretário de Estado	Ministério da Agricultura e do Mar
Paulo Macedo	Ministro	Ministério da Saúde
Fernando Leal da Costa	Secretário de Estado	Ministério da Saúde
Manuel Ferreira Teixeira	Secretário de Estado	Ministério da Saúde
Nuno Crato	Ministro	Ministério da Educação e Ciência
José Ferreira Gomes	Secretário de Estado	Ministério da Educação e Ciência
João Filipe Queiró	Secretário de Estado	Ministério da Educação e Ciência
Leonor Parreira	Secretário de Estado	Ministério da Educação e Ciência
João Casanova de Almeida	Secretário de Estado	Ministério da Educação e Ciência
Fernando Reis	Secretário de Estado	Ministério da Educação e Ciência
João Grancho	Secretário de Estado	Ministério da Educação e Ciência
Isabel Santos Silva	Secretário de Estado	Ministério da Educação e Ciência
Pedro Mota Soares	Ministro	Ministério da Solidariedade e Segurança Social
Agostinho Branquinho	Secretário de Estado	Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social
Marco António Costa	Secretário de Estado	Ministério da Solidariedade e Segurança Social
Octávio de Oliveira	Secretário de Estado	Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social
Pedro Roque	Secretário de Estado	Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social
Pedro Silva Martins	Secretário de Estado	Ministério da Solidariedade e Segurança Social

Lista Ministros e Secretários de Estados do XXI Governo Constitucional Português

XIX Governo Constitucional Português (2011 - 2015)		
Nome	Cargo	Ministério
António Costa	Primeiro-Ministro	Primeiro-Ministro
Mariana Vieira da Silva	Ministro	Ministério da Presidência e Modernização Administrativa
Pedro Nuno de Oliveira Santos	Ministro	Ministério das Infraestruturas e da Habitação
Duarte Cordeiro	Secretário de Estado	Primeiro-Ministro
Augusto Santos Silva	Ministro	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Margarida Marques	Secretário de Estado	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Ana Paula Zacarias	Secretário de Estado	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Teresa Ribeiro	Secretário de Estado	Ministério dos Negócios Estrangeiros

As Ocupações Pós-Governativas dos Ministros e Secretários de Estado em Portugal

José Luís Carneiro	Secretário de Estado	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Jorge Oliveira	Secretário de Estado	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Eurico Brilhante Dias	Secretário de Estado	Ministério dos Negócios Estrangeiros
Maria Manuel Leitão Marques	Ministro	Ministério da Presidência e Modernização Administrativa
José Miguel Prata Roque	Secretário de Estado	Ministério da Presidência e Modernização Administrativa
Tiago Antunes	Secretário de Estado	Ministério da Presidência e Modernização Administrativa
Luís Goes Pinheiro	Secretário de Estado	Ministério da Presidência e Modernização Administrativa
Rosa Monteiro	Secretário de Estado	Ministério da Presidência e Modernização Administrativa
Mário Centeno	Ministro	Ministério das Finanças
Ricardo Mourinho Félix	Secretário de Estado	Ministério das Finanças
Fernando Rocha Andrade	Secretário de Estado	Ministério das Finanças
António Mendonça Mendes	Secretário de Estado	Ministério das Finanças
João Leão	Secretário de Estado	Ministério das Finanças
Carolina Ferra	Secretário de Estado	Ministério das Finanças
Maria de Fátima Fonseca	Secretário de Estado	Ministério das Finanças
Álvaro Novo	Secretário de Estado	Ministério das Finanças
José Alberto Azeredo Lopes	Ministro	Ministério da Defesa Nacional
João Gomes Cravinho	Ministro	Ministério da Defesa Nacional
Marcos Perestrello	Secretário de Estado	Ministério da Defesa Nacional
Ana Santos Pinto	Secretário de Estado	Ministério da Defesa Nacional
Constança Urbano de Sousa	Ministro	Ministério da Administração Interna
Eduardo Cabrita	Ministro	Ministério da Administração Interna
Isabel Oneto	Secretário de Estado	Ministério da Administração Interna
Jorge Nogueiro Gomes	Secretário de Estado	Ministério da Administração Interna
José Artur Neves	Secretário de Estado	Ministério da Administração Interna
Carlos Miguel	Secretário de Estado	Ministério da Administração Interna
Francisca Van Dunem	Ministro	Ministério da Justiça
Helena Mesquita Ribeiro	Secretário de Estado	Ministério da Justiça
Anabela Pedroso	Secretário de Estado	Ministério da Justiça
Catarina Marcelino	Secretário de Estado	Ministro Adjunto
Pedro Siza Vieira	Ministro	Ministério da Economia
João Soares	Ministro	Ministério da Cultura
Luís Filipe Castro Mendes	Ministro	Ministério da Cultura
Graça Fonseca	Ministro	Ministério da Cultura
Isabel Botelho Leal	Secretário de Estado	Ministério da Cultura
Miguel Honrado	Secretário de Estado	Ministério da Cultura

As Ocupações Pós-Governativas dos Ministros e Secretários de Estado em Portugal

Ângela Ferreira	Secretário de Estado	Ministério da Cultura
Manuel Heitor	Ministro	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Maria Fernanda Rollo	Secretário de Estado	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
João Sobrinho Teixeira	Secretário de Estado	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Tiago Brandão Rodrigues	Ministro	Ministério da Educação
Alexandra Leitão	Secretário de Estado	Ministério da Educação
João Costa	Secretário de Estado	Ministério da Educação
João Wengorovius Meneses	Secretário de Estado	Ministério da Educação
João Paulo Rebelo	Secretário de Estado	Ministério da Educação
José António Vieira da Silva	Ministro	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Miguel Cabrita	Secretário de Estado	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Cláudia Joaquim	Secretário de Estado	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Ana Sofia Antunes	Secretário de Estado	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
Adalberto Campos Fernandes	Ministro	Ministério da Saúde
Marta Temido	Ministro	Ministério da Saúde
Fernando Araújo	Secretário de Estado	Ministério da Saúde
Francisco Ramos	Secretário de Estado	Ministério da Saúde
Manuel Delgado	Secretário de Estado	Ministério da Saúde
Rosa Valente de Matos	Secretário de Estado	Ministério da Saúde
Raquel Duarte	Secretário de Estado	Ministério da Saúde
Pedro Marques	Ministro	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
Nelson de Souza	Ministro	Ministério do Planeamento
Guilherme Waldemar Goulão dos Reis d'Oliveira Martins	Secretário de Estado	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
Maria do Céu Antunes	Secretário de Estado	Ministério do Planeamento
Jorge Delgado	Secretário de Estado	Ministério das Infraestruturas e da Habitação
Alberto Souto de Miranda	Secretário de Estado	Ministério das Infraestruturas e da Habitação
Ana Pinho	Secretário de Estado	Ministério das Infraestruturas e da Habitação
Manuel Caldeira Cabral	Ministro	Ministério da Economia
Paulo Ferreira	Secretário de Estado	Ministério da Economia
João Vasconcelos	Secretário de Estado	Ministério da Economia
Ana Teresa Lehmann	Secretário de Estado	Ministério da Economia
João Neves	Secretário de Estado	Ministério da Economia
Ana Mendes Godinho	Secretário de Estado	Ministério da Economia
João Torres	Secretário de Estado	Ministro Adjunto e da Economia

As Ocupações Pós-Governativas dos Ministros e Secretários de Estado em Portugal

João Catarino	Secretário de Estado	Ministério da Economia
Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches	Secretário de Estado	Ministério da Economia
João Pedro Matos Fernandes	Ministro	Ministério do Ambiente e da Transição Energética
José Fernando Gomes Mendes	Secretário de Estado	Ministério do Ambiente e da Transição Energética
Carlos Martins	Secretário de Estado	Ministério do Ambiente e da Transição Energética
João Ataíde	Secretário de Estado	Ministério do Ambiente e da Transição Energética
Célia Ramos	Secretário de Estado	Ministério do Ambiente e da Transição Energética
João Saldanha de Azevedo Galamba	Secretário de Estado	Ministério do Ambiente e da Transição Energética
Luís Capoulas Santos	Ministro	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento rural
Luís Medeiros Vieira	Secretário de Estado	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento rural
Amândio Torres	Secretário de Estado	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento rural
Miguel João de Freitas	Secretário de Estado	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento rural
Ana Paula Vitorino	Ministro	Ministério do Mar
José Apolinário	Secretário de Estado	Ministério do Mar